

A Tradução em Contexto Institucional: estudo de caso no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Matilde Catarino Pereira Sapata

**Relatório de Estágio de
Mestrado em Tradução
(Especialização em Inglês)**

Agosto, 2021

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução, Especialização em Inglês, realizado sob a orientação científica da Prof.^a Doutora Maria Zulmira Castanheira.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora científica da FCSH, a Prof.^a Doutora Maria Zulmira Castanheira, pela sua disponibilidade e orientação e por todo o valioso conhecimento que me transmitiu, ao longo da elaboração deste Relatório de Estágio.

Aos meus orientadores de estágio do Instituto Diplomático do MNE, o Dr. Rui Camacho Duarte e a Dra. Joana Gaspar, pela sua inteira disponibilidade e pelo seu empenho relativamente à minha integração no IDI.

À tradutora do MNE que me acompanhou ao longo do meu estágio curricular, a Dra. Ana Saldanha, pelos seus importantes conselhos e pelas suas imprescindíveis orientações.

Aos meus pais, pelo seu apoio incondicional e por terem possibilitado a concretização de mais uma etapa académica, e às minhas irmãs, Bia e Inês, com quem sei que posso contar sempre.

Ao Rúben, por apoiar todas as minhas decisões e por me dar ânimo e força em todos os momentos.

À Rita, companheira de todas as horas, pela sua palavra amiga.

Um agradecimento muito especial à minha mãe, por sempre ter sido um enorme exemplo de força e perseverança.

A Tradução em Contexto Institucional: estudo de caso no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Translation in the Institutional Setting: case study in the Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs

Matilde Catarino Pereira Sapata

Resumo

A tradução institucional é uma prática desempenhada particularmente por instituições, a qual sustenta a comunicação entre estas e os seus públicos-alvo, de modo a que as mesmas possam cumprir a sua principal finalidade – regular determinados grupos em determinados domínios sociais. No sentido de assegurarem que os conteúdos por si publicados cumprem certos requisitos, as instituições acabam por exercer um controlo rigoroso sobre o processo tradutório, aplicando geralmente critérios de qualidade exigentes, bem como metodologias que visam garantir a observância de tais critérios. As condições sob as quais é realizada a tradução institucional impõem vários constrangimentos ao tradutor, condicionando a sua prática tradutória.

A tarefa a que me propus neste relatório foi analisar a forma como, na instituição portuguesa responsável pela execução da política externa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, se processa a tradução institucional. Pretendi ainda refletir acerca das metodologias que adotei para lidar com este tipo de tradução, da maneira como solucionei os problemas de tradução que foram surgindo ao longo do estágio e da forma como as soluções conscientemente adotadas contribuíram para um crescimento e aperfeiçoamento da minha competência tradutória.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal; tradução institucional; domínio diplomático; tipologia textual; padronização; coerência; terminologia; *quality assurance*; *quality control*

Abstract

Institutional translation is a practice performed particularly by institutions, which supports the communication between these and their target audiences, so that they can fulfil their main purpose — to regulate certain groups in certain social domains. In order to ensure that the contents they publish meet specific requirements, institutions strictly control the translation process, usually by applying demanding quality criteria as well as methodologies to ensure that these criteria are followed. The conditions under which institutional translation is carried out impose several constraints on the translator, conditioning his/her translation practice.

The task I set myself in this report was to analyse the way institutional translation is carried out in the Portuguese institution responsible for implementing foreign policy, the Ministry of Foreign Affairs. I also intended to reflect on the methodologies I adopted to deal with this type of translation, the way I solved the translation problems that arose during the internship and how the solutions consciously adopted contributed to the growth and improvement of my translation competence.

KEYWORDS: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros [Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs], Portugal; institutional translation; diplomatic domain; textual typology; standardization; coherence; terminology; quality assurance; quality control

Índice

Introdução	1
1. Apresentação e descrição do local de estágio	3
2. O percurso de estágio.....	5
3. A tradução em contexto institucional	7
3.1. O conceito de <i>tradução institucional</i>	7
3.2. As características da <i>tradução institucional</i>	10
3.3. A evolução da prática tradutória no contexto diplomático.....	12
3.4. A qualidade no contexto institucional	17
4. Estudo de caso no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros ..	22
4.1. O tipo de traduções realizadas durante o estágio	22
4.2. O processo de tradução desenvolvido durante o estágio	29
4.3. Ferramentas e metodologias utilizadas para assegurar a qualidade das traduções	35
Conclusão	58
Referências bibliográficas	61

LISTA DE ABREVIATURAS

IDI – Instituto Diplomático

LC – Língua de Chegada

LP – Língua de Partida

MENE – Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

SG – Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

TC – Texto de Chegada

TP – Texto de Partida

UE – União Europeia

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Organograma do MNE.....</i>	<i>4</i>
---	----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Notícia "Eurico Brilhante Dias visita a Índia" publicada a 07/04/2021	23
Tabela 2 - Comunicado de imprensa "Declaração conjunta por ocasião do 100º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Estónia" publicado a 03/02/2021	25
Tabela 3 - Excerto retirado da página "Convento e Palácio Real"	27
Tabela 4 - Excerto retirado da página "UE - Segurança e Defesa"	28
Tabela 5- Processo tradutório da notícia "Augusto Santos Silva preside à reunião informal do Conselho de Negócios Estrangeiros da União Europeia na vertente Comércio" publicada a 01/03/2021	33
Tabela 6 - Termos retirados do glossário do MNE	36
Tabela 7 - Excerto retirado da notícia "Tomada de posse dos Adidos de Embaixada" publicada a 02/02/2021	36
Tabela 8 - Excerto retirado da notícia "Berta Nunes intervém no evento de comemoração do 108º aniversário da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - São Paulo" publicada a 23/11/2020	37
Tabela 9 - Comunicado de imprensa "O Governo português expressa profundas condolências pela morte de três soldados franceses no Mali atingidos por um engenho explosivo" publicado a 29/12/2020	37
Tabela 10 - Excerto retirado da notícia "Dia Europeu e Mundial contra a Pena de Morte" publicada a 10/10/2020	38
Tabela 11 - Exc. retirado do c. i. "Reunião Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas sob presidência portuguesa" publicado a 01/10/2020	39
Tabela 12 - Excerto retirado da notícia "Comissão Nacional para os Direitos Humanos retoma o ciclo de videoconferências sobre Direitos Humanos e COVID-19" publicada a 04/03/2021.	41
Tabela 13 - Exc. retirado da notícia "6ª sessão do ciclo de conferências "Conversas em Tempo de Pandemia" dedicado ao tema "O impacto socioeconómico da COVID-19 na igualdade de género"" publicada a 08/03/2021	42
Tabela 14 - Comunicado de imprensa "Voto no estrangeiro para a eleição do Presidente da República" publicado a 12/01/2021	45
Tabela 15 - Comunicado de imprensa "Comunicado conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Administração Interna" publicado a 12/01/2021	47
Tabela 16 - Comunicado de imprensa "Abertura do concurso de apoio ao movimento associativo da Diáspora" publicado a 17/09/2020	49
Tabela 17 - Comunicado de imprensa "Governo atribui apoios superiores a 700 mil euros ao movimento associativo das comunidades portuguesas" publicado a 18/03/2021	51
Tabela 18 - Excerto retirado da notícia "Augusto Santos Silva na sessão de apresentação do Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre o Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares" publicada a 30/11/2020	54
Tabela 19 - Excerto retirado da página "Medidas Restritivas"	55
Tabela 20 - Excerto retirado do comunicado de imprensa "Declaração conjunta por ocasião do 100º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Estónia" publicado a 03/02/2021	56
Tabela 21 - Excerto retirado da notícia "Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto - Mensagem do Ministro Augusto Santos Silva" publicada a 27/01/2021	56
Tabela 22 - Excerto da notícia "Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Imprensa Nacional - Casa da Moeda apresentam a coleção Comunidades Portuguesas" publicada a 06/01/2021	57

Introdução

O presente relatório de estágio foi elaborado no âmbito da componente não letiva do Mestrado em Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo como base o meu estágio curricular realizado no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Atendendo à emergência de saúde pública resultante da pandemia de Covid-19, a maior parte do período de estágio decorreu em regime de trabalho remoto, tendo apenas o primeiro mês de estágio sido realizado presencialmente, nas instalações do Instituto Diplomático. Atendendo a estas circunstâncias atípicas, no primeiro e segundo capítulos irei descrever o modo como se desenrolou o trabalho em ambos os contextos anteriormente referidos. Irei ainda apresentar o órgão institucional que acolheu o meu estágio e as funções que me foram atribuídas durante o mesmo.

A entidade que acolheu o meu estágio curricular foi a instituição responsável pela execução da política externa portuguesa, motivo pelo qual a componente teórica deste trabalho incide sobre o conceito de *tradução institucional* e tem como objetivo analisar as condições em que essa prática tradutória é geralmente desempenhada e suas especificidades. Inserindo-se as atribuições do Instituto Diplomático do MNE no domínio da diplomacia, a análise anterior terá particular enfoque na tradução institucional que é produzida no âmbito de organizações com funções a nível da política externa.

A tradução no contexto diplomático evoluiu juntamente com os episódios que marcaram a história da política externa, sendo a mesma atualmente aliada de um princípio de pluralidade, bem como um serviço linguístico considerado indispensável para o funcionamento e a manutenção de grandes organizações internacionais. A tradução institucional, como irei explicar mais adiante, abrange as traduções que têm como finalidade sustentar a comunicação entre as instituições e os seus grupos de incidência, sendo, por norma, produzida sob circunstâncias que causam alguns constrangimentos ao tradutor. Com o intuito de conseguirem obter um produto que cumpra determinados parâmetros qualitativos, as instituições acabam por exercer um controlo rigoroso sobre o processo tradutório e definir exigentes requisitos relativamente às traduções. Todos estes aspetos irão ser abordados na terceira parte do presente relatório, sendo a principal finalidade desse capítulo explorar o conceito de *tradução institucional* e os fatores que a caracterizam, analisar o modo como a prática da tradução evoluiu no contexto

diplomático e, por fim, refletir acerca da importância da qualidade na tradução institucional, tendo em vista o modo como grandes organizações internacionais encaram essa mesma propriedade.

O quarto capítulo servirá para analisar os moldes em que decorreu a tradução institucional por mim desempenhada durante o estágio curricular e, simultaneamente, relacionar os mesmos com as conclusões tiradas no capítulo anterior. Apesar de o IDI não aplicar medidas muito restritivas ao processo tradutório, o mesmo certifica-se de que as traduções cumprem determinados requisitos antes da sua publicação, estabelecendo critérios qualitativos relativamente à atividade tradutória que são característicos da prática da tradução institucional. A procura pelo cumprimento desses critérios levou-me a adotar e desenvolver diversas metodologias, cujos pormenores irei também apresentar no último capítulo.

1. Apresentação e descrição do local de estágio

O presente relatório foi efetuado no âmbito do meu estágio curricular realizado no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este estágio foi a opção da componente não letiva do Mestrado em Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, teve a duração de seis meses e decorreu no período compreendido entre meados do mês de outubro de 2020 e meados do mês de abril de 2021. Iniciou-se de forma presencial, na sede do MNE, que se localiza no Largo das Necessidades, em Lisboa, mas, atendendo à emergência de saúde pública, a pandemia por Covid-19, foi realizado em regime de trabalho remoto durante a maior parte dos meses.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros elabora e executa a política externa portuguesa, sendo o órgão responsável pela representação do Estado português a nível internacional. Este órgão institucional dispõe de uma extensa cadeia externa de embaixadas e postos consulares, que lhe permite ter um maior grau de atuação quer em termos diplomáticos, quer no que respeita ao apoio aos cidadãos portugueses que residem no estrangeiro:

São atribuições do MNE, entre outras, a proteção dos cidadãos portugueses no estrangeiro, a condução de negociações internacionais e de processos de vinculação internacional (acordos e tratados) do Estado português, a condução e coordenação da participação portuguesa no processo de construção europeia e a promoção de relações de cooperação e amizade com os diversos parceiros internacionais. O MNE articula-se ainda com outros ministérios na definição do quadro político de participação das Forças Armadas e das forças de segurança portuguesas em missões de carácter internacional. (<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/quem-somos/o-que-faz-o-mne>)

Atualmente, o cargo de Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros é exercido pelo Exmo. Dr. Augusto Santos Silva, sendo ele o dirigente máximo da estrutura organizacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se divide em vários serviços diretamente dependentes do MNE, e ainda outros que estão sob a administração indireta do mesmo. Para além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, quatro Secretários de Estado desempenham funções no domínio diplomático, sendo as respetivas atribuições designadas de acordo com a sua área de atuação dentro da política externa portuguesa.

O meu estágio curricular foi realizado no Instituto Diplomático, serviço que, hierarquicamente, depende diretamente da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cuja missão visa assegurar o bom cumprimento das intervenções políticas, administrativas e técnicas desempenhadas pelos seus serviços dependentes. Assim, a SG fornece apoio ao Instituto Diplomático e possibilita as ações político-diplomáticas assumidas pelo mesmo.

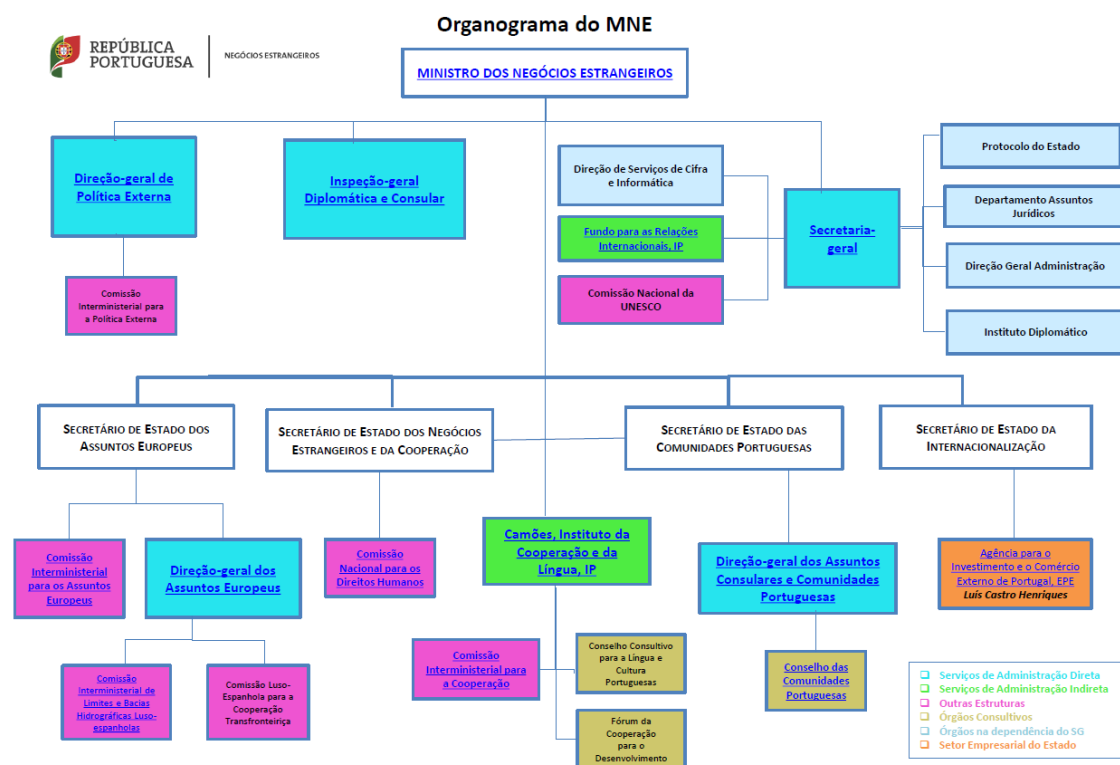


Figura 1 - Organograma do MNE

O IDI encontra-se sob a direção do Exmo. Embaixador José Joaquim Freitas Ferraz e desempenha importantes funções dentro do MNE. Para além de intervir na formação dos funcionários que ocupam os vários cargos nos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Instituto Diplomático organiza e coordena iniciativas didáticas que procuram instruir os respetivos participantes acerca de áreas profissionais relevantes na política externa portuguesa. De igual modo, promove o estudo e a elaboração de trabalhos de investigação no domínio da diplomacia, de modo a que os mesmos possam contribuir para as boas práticas diplomáticas portuguesas. O Instituto Diplomático gere e preserva também a biblioteca e arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo-

lhe atribuída a responsabilidade de definir quem tem acesso às coleções documentais e literárias ali presentes. As instalações do IDI situam-se no Palácio das Necessidades, encontrando-se imediatamente a seguir à portaria do mesmo e constituem uma pequena secção do palácio, composta por vários gabinetes.

O meu estágio curricular foi realizado no âmbito do Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PECMNE), tendo eu sido a única estagiária selecionada na área da tradução. Inicialmente, o meu orientador de estágio foi o Dr. Rui Camacho Duarte, Secretário de Embaixada e Adjunto do Diretor do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Porém, em janeiro de 2021, o Dr. Rui Camacho Duarte passou a desempenhar funções noutra serviço do MNE, pelo que me foi atribuída uma nova orientadora, a Dra. Joana Gaspar, Coordenadora do Centro de Estudos e Análise Estratégica do Instituto Diplomático.

2. O percurso de estágio

Apenas o primeiro mês de estágio teve lugar nas instalações do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo os restantes meses decorrido em trabalho remoto. Ainda assim, por ter sido adotado um sistema de desfasamento de horários entre funcionários, apenas me dirigia às instalações do IDI em dias alternados. Ao longo de todo o estágio, foram realizadas sete horas de trabalho diárias.

No início do estágio, para cumprimento das tarefas, foi-me atribuído um local de trabalho fixo, no gabinete do Dr. Rui Camacho Duarte, bem como disponibilizado equipamento informático, que utilizei nos dias de trabalho presencial. Esta disposição não só possibilitou uma melhor comunicação com o meu orientador de estágio, como também permitiu que eu pudesse esclarecer eventuais dúvidas relacionadas com o estágio ou com as tarefas realizadas. Durante o trabalho remoto, utilizei equipamento informático próprio e mantive regularmente contacto, através do serviço Gmail, com as pessoas que acompanhavam o meu trabalho: o Dr. Rui Camacho Duarte, inicialmente, a Dra. Joana Gaspar, mais tarde, e ainda a Dra. Ana Saldanha, tradutora admitida pelo MNE em novembro, à qual cabia a revisão das minhas traduções.

O MNE possui um núcleo de tradução que assegura a “tradução dos documentos que se revele necessária à prossecução das atribuições do serviço” do Departamento de

Assuntos Jurídicos (<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/114449621/201907142356/diploma?rp=indice>). O mesmo era inicialmente constituído por dois tradutores e, mais tarde, passou a integrar a Dra. Ana Saldanha. Apesar de o meu estágio curricular ter decorrido no domínio da tradução, eu não fui integrada neste núcleo, pelo que desconheço o tipo de traduções desempenhadas pelo mesmo, bem como o seu processo tradutório. Durante o meu estágio curricular, o meu principal foco de trabalho foi a plataforma eletrónica oficial do MNE, o Portal Diplomático. Dado que essa se encontrava bastante desatualizada quando iniciei o estágio, pode assumir-se que o núcleo de tradução do Ministério dos Negócios Estrangeiros não se ocupa das traduções da mesma.

O Portal Diplomático é o site oficial do MNE, onde se encontram todas as informações acerca da atuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros no contexto da política externa Portuguesa. Para além da sua versão original em português, o Portal Diplomático possui uma versão alternativa na língua inglesa. Lá são regularmente publicadas notícias ou comunicados de imprensa, que abordam matérias relacionadas com as práticas diplomáticas portuguesas. A primeira tarefa que o Dr. Rui Camacho Duarte me atribuiu foi a de traduzir as notícias e os comunicados de imprensa mais antigos que careciam ainda de tradução. Simultaneamente, estabeleceu-se que uma das minhas funções diárias, ao longo de todo o período de estágio, seria verificar frequentemente se tinha havido alguma publicação no Portal Diplomático e, em caso afirmativo, proceder à sua tradução.

Comparando as versões portuguesa e inglesa do Portal Diplomático, verificava-se que muitos dos separadores da versão portuguesa não constavam na versão inglesa, pelo facto de não terem sido ainda traduzidos. Assim sendo, foi-me igualmente solicitado que traduzisse gradualmente esses separadores, para que passassem a integrar a versão inglesa da plataforma. A tradução das notícias e dos comunicados de imprensa era prioritária, relativamente à tradução das restantes páginas do Portal Diplomático, sendo que a última era realizada apenas quando não se verificava a publicação de novas notícias e novos comunicados de imprensa, nem a atribuição de outras tarefas.

Durante o mês de novembro recebi, por duas vezes, indicações para traduzir comunicados governamentais, nos quais constava informação relativa às medidas de saúde pública estabelecidas pela Direção-Geral de Saúde (DGS). Ambas as traduções,

segundo a informação que me foi fornecida, serviram para circular na rede interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Durante o mês de março, realizei também a legendagem de um vídeo com uma mensagem do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em resposta a um pedido que me chegou através da Dra. Margarida Lages, Chefe da Divisão de Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático, e da Dra. Raquel Duque, Adjunta do Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

No quarto capítulo, as características de cada um dos tipos de texto referidos anteriormente irão ser abordadas com pormenor. Simultaneamente, esse capítulo servirá para descrever os processos aplicados na tradução desses textos, com referência às ferramentas utilizadas para tal.

3. A tradução em contexto institucional

3.1. O conceito de *tradução institucional*

No sentido de analisar a tradução decorrente de um determinado contexto institucional, devem ter-se primeiramente em consideração os tipos de tradução que podem ser executados institucionalmente. Contudo, existem diversos tipos de instituições, que operam sobre diferentes domínios sociais, e referir todos os tipos de tradução produzidos pelas mesmas implicaria a apresentação de uma extensa lista de todos os modelos institucionais existentes e suas práticas tradutórias, não sendo esse o intuito do presente relatório. Existe, no entanto, um tipo de tradução comum a todas as instituições, a chamada *tradução institucional*, que, como iremos ver, não abrange todo o tipo de traduções elaboradas institucionalmente. A tradução institucional apresenta-se como uma ferramenta essencial para as instituições que atuam a nível internacional, auxiliando na comunicação das mesmas com os respetivos grupos de incidência. Por esse motivo e por ter estado no âmago do estágio curricular que é a base deste relatório, focar-me-ei na definição e nas características do conceito de *tradução institucional*, no sentido de poder, posteriormente, analisar o caso concreto do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, local onde decorreu o meu estágio.

Para melhor compreender o conceito de *tradução institucional*, é oportuno, numa fase inicial, abordar o significado do termo *instituição*, que, por sua vez, se encontra na origem do adjetivo *institucional*. Devido à variedade de contextos nos quais o mesmo pode surgir, o termo *instituição* caracteriza-se pela sua ambiguidade e revela-se complexo. A sociologia descreve-o da seguinte maneira:

As instituições são sistemas de normas interligadas que assentam em valores partilhados e encontram-se generalizadas entre uma determinada sociedade ou um determinado grupo social, como os seus modos comuns de agir, pensar e sentir. Estão profundamente enraizadas na vida social e geram as práticas sociais recorrentes, através das quais a maior parte das atividades sociais decorrem. Assim sendo, as instituições são essenciais para a noção de estrutura social e para a organização estrutural das atividades humanas. (Scott 90; minha tradução).

A principal finalidade destes sistemas é fazer com que um determinado grupo de indivíduos aja de um modo específico, de acordo com as convicções e os costumes que os mesmos geram dentro das comunidades sobre as quais exercem poder. Ou seja, as instituições procuram suscitar determinadas ideologias e atitudes entre os indivíduos, dando origem a padrões sociais pelos quais as sociedades se passam a orientar de forma natural e irrefletida. Logicamente, existe uma relação de interdependência entre as instituições e as sociedades, sendo esse o motivo pelo qual as instituições se estabelecem nos vários domínios sociais (política, religiosa, educativa, entre outras). Pode afirmar-se que as sociedades necessitam das instituições para procederem dentro das diversas esferas sociais de modo disciplinado e organizado e, assim, as instituições tornam-se sistemas regulatórios fundamentais para o comportamento social, o que lhes confere legitimidade e autoridade sobre as sociedades. Sucintamente, é através das instituições que as sociedades desenvolvem comportamentos estruturados, sistematizados e coerentes e, ao levarem as sociedades a adotarem tais comportamentos, as instituições consolidam o poder que exercem sobre as mesmas.

Com o objetivo de podermos desenvolver uma melhor compreensão do conceito de instituição, e tendo em conta o facto de que o termo *instituição* é geralmente utilizado para fazer referência a estabelecimentos físicos concretos como, por exemplo, instituições governamentais (caso do MNE e da Assembleia da República) e instituições de ensino (caso das escolas), é útil recorrer a Koskinen que distingue três níveis em que o conceito

é reconhecido e fornece um exemplo para ilustrar tal distinção. De acordo com a autora, primeiramente, pode considerar-se a instituição abstrata, exemplificada como sendo a religião. Segue-se a instituição formal, para a qual Koskinen dá o exemplo do Cristianismo e, por último, existe ainda a instituição concreta, materializada através de todas as capelas que se encontram territorialmente espalhadas, por motivos de praticidade (15-17). Esta última é a aceção utilizada mais frequentemente e são as instituições concretas que produzem, naturalmente, a tradução institucional. Aplicando a anterior diferenciação proposta por Koskinen ao caso do MNE, instituição que integra o serviço responsável pela coordenação do estágio curricular em apreço, pode reconhecer-se a política como a instituição abstrata, a política externa portuguesa como a instituição formal e, finalmente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português como a instituição concreta.

Os estudos dedicados ao conceito de *tradução institucional* são ainda escassos, sendo necessária, pois, mais pesquisa neste âmbito. Foram desenvolvidas noções superficiais a respeito do termo e outras, por seu turno, mais específicas e restritas. De uma forma geral, a tradução institucional pode referir-se a qualquer tradução que ocorra num ambiente institucional (Schäffner et al. 493), compreendendo todas as traduções elaboradas num contexto institucional, independentemente da sua finalidade. Porém, no presente relatório, irei adotar a definição de Koskinen, que se apresenta mais precisa. De acordo com a autora, o conceito de tradução institucional abrange especificamente as traduções que são realizadas no sentido de permitir que uma dada instituição comunique com um determinado público (22). Nesse sentido, pode afirmar-se que nem todas as traduções decorrentes de um contexto institucional são consideradas traduções institucionais, mas apenas aquelas que permitem a transmissão de informação, por parte do órgão institucional, ao grupo sobre o qual o mesmo pretende exercer influência.

Ao contrário da primeira, esta definição demonstra coerência relativamente ao conceito de *instituição* anteriormente analisado. Atendendo a que o intuito básico das instituições é o de governar as sociedades nos vários domínios sociais, deve naturalmente supor-se que a tradução institucional serve a principal finalidade das instituições, funcionando como uma ferramenta de auxílio à consolidação do poder que as mesmas exercem sobre as sociedades. Os órgãos institucionais têm como missão essencial a comunicação pública, pois a sua legitimidade perante as comunidades depende das informações, dos valores e da mensagem que os mesmos transmitem publicamente,

conseguindo, dessa forma, mobilizar os indivíduos e formar padrões de pensamento e comportamento. A tradução institucional apresenta-se como um recurso das instituições que serve os propósitos das mesmas, permitindo-lhes comunicar a nível internacional e, por conseguinte, atingir um âmbito de intervenção mais alargado.

A tradução institucional abrange os conteúdos produzidos em contexto institucional que são publicamente disponibilizados e através dos quais as instituições divulgam determinadas informações ou mensagens. Notícias, comunicados, documentos de referência, documentos informativos, conteúdos *web* são alguns dos exemplos que podem integrar a tradução institucional. Outras traduções, igualmente originadas em contextos institucionais, mas que não são abrangidas pelo conceito anterior, variam naturalmente de acordo com o tipo de instituição em causa. No MNE, por exemplo, existem certamente traduções que têm como objetivo permitir a comunicação exclusiva entre partes de diferentes Estados ou traduções de documentos que circulam internamente na instituição, não sendo estas consideradas traduções institucionais, de acordo com a definição de Koskinen.

3.2. As características da *tradução institucional*

Existem variações relativamente às características que podem ser associadas à *tradução institucional*, pois cada instituição desenvolve a sua própria abordagem relativamente à mesma. Como concluí na secção anterior, o principal objetivo das instituições é o de governar um determinado grupo de indivíduos num determinado domínio social, sendo a *tradução institucional* utilizada pelas instituições como “instrumento de governação”, razão pela qual a mesma é produzida sob um “ambiente controlado e regulado” (Koskinen 481; minha tradução). Além disso, verifica-se que a *tradução institucional* é uma prática “tipicamente coletiva, anónima e padronizada” (Schäffner et al. 494; minha tradução), pela presença recorrente de três fatores que em seguida irão ser abordados.

O fator da *coletividade* deve-se ao facto de uma vasta parte dos órgãos institucionais possuir uma equipa dedicada específica e unicamente ao exercício da tradução. Esta situação verifica-se predominantemente nas instituições que produzem um elevado volume de traduções e(ou) desempenham traduções para variadas línguas. A União Europeia e a Organização das Nações Unidas são dois exemplos de instituições

que elaboram um grande número de traduções institucionais para várias línguas. A UE é o órgão institucional que mais exige atividade tradutória, ao nível da tradução institucional e não só, produzindo um vasto volume de traduções. O grupo de milhares de tradutores que integra a UE elabora traduções para 24 línguas diferentes, sendo todas estas línguas oficiais dos países que a compõem, e é rigorosamente dirigido e coordenado pela Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia. Relativamente a instituições portuguesas, pode indicar-se a Assembleia da República como um dos órgãos institucionais que partilham desta característica, incluindo na sua estrutura orgânica um serviço com vários membros dedicado à tradução, designado por Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo. Contudo, deve referir-se que a tradução institucional nem sempre pode ser caracterizada como uma prática coletiva, dependendo este fator do número de intervenientes envolvidos no exercício da tradução. Determinadas instituições integram apenas um tradutor, ou dependem unicamente de tradutores externos, não tendo pleno conhecimento dos moldes em que se processa a tradução. As condições de cada instituição determinam as circunstâncias em que irá decorrer o processo de tradução.

Como foi previamente demonstrado, a comunicação entre as instituições e as sociedades permite que as últimas ajam em conformidade com as normas estabelecidas pelas primeiras, sendo, por isso, a comunicação uma ferramenta essencial para as instituições. No sentido de estabelecerem uma relação de proximidade com os grupos de incidência e, de certo modo, persuadirem os mesmos, as instituições devem dirigir-se às comunidades como atores singulares. Contudo, a aparência de que a instituição comunica diretamente com as comunidades envolvidas só é possível através da exclusão do papel do tradutor (Koskinen 58). Apesar da função vital que os tradutores desempenham no âmbito da tradução institucional, a identidade dos mesmos é continuamente ocultada, apresentando-se a instituição como o único e principal autor na comunicação. O *anonimato*, ao contrário da *coletividade*, é uma característica que se verifica praticamente em todos os contextos institucionais, permitindo a valorização das instituições. Numa altura em que a ação e o estatuto do tradutor tendem a ser cada vez mais destacados, defendidos e valorizados, a tradução institucional continua a contrariar este movimento progressista, reclamando o seu domínio sobre o trabalho do tradutor e minorizando, assim, o papel deste agente.

O fator da *padronização*, por seu turno, está relacionado com as características anteriores, a *coletividade* e o *anonimato*. As instituições procuram replicar as mensagens

presentes nos seus conteúdos originais através das traduções, de modo a preservarem uma imagem pública consistente entre o(s) seu(s) grupo(s) de incidência. Nesse sentido, existe um controlo por parte das mesmas relativamente ao processo de tradução, que passa por assegurar a consistência de determinados elementos textuais entre os documentos traduzidos. A coerência entre elementos como as estruturas frásicas, a terminologia, o estilo, entre outros, leva ao desenvolvimento de padrões textuais e linguísticos que permitem às instituições manter a uniformidade entre traduções, mesmo quando estas são elaboradas de modo coletivo. Para garantir a padronização, as instituições dispõem, geralmente, de *CAT tools*, guias de estilo, bases terminológicas, memórias de tradução, bases documentais, entre outros recursos. Esta característica revela o reduzido nível de autonomia que os tradutores possuem perante a tradução institucional, pelo facto de terem de intervir em conformidade com as normas que lhes são impostas pelos respetivos órgãos institucionais.

As características previamente analisadas resultam das circunstâncias em que a tradução institucional tem origem. Sendo o cliente da tradução institucional a própria instituição, a mesma determina a abordagem a ser feita em termos de prática tradutória (Mossop 66). As instituições manipulam o processo de tradução que está na base das traduções institucionais, de modo a que estas vão de encontro às suas expectativas e aos seus objetivos. Os conteúdos divulgados por parte de um órgão institucional, quer sejam originais ou traduzidos, devem atuar como a “voz” do mesmo, sendo por este motivo que as instituições aplicam metodologias minuciosas e sistemáticas ao processo de tradução e reclamam a autoria sobre as traduções.

3.3. A evolução da prática tradutória no contexto diplomático

Atualmente, todos os Estados dependem da diplomacia para assegurarem a sua prosperidade política, económica e social:

A diplomacia é uma atividade política essencial e, com aptidão e os recursos adequados, um dos ingredientes fundamentais do poder. A sua principal finalidade é permitir que os Estados atinjam os objetivos associados às suas políticas externas sem recorrerem à força, à propaganda ou à lei. Realiza-se mediante a comunicação entre agentes diplomáticos profissionais e outros oficiais destacados para o asseguramento de acordos. (Berridge 1; minha tradução)

A origem da diplomacia remonta ao período da Grécia Antiga, mas a atividade diplomática desempenhada durante a Era Bizantina foi aquela que influenciou profundamente a diplomacia praticada a nível europeu. A resistência e a longevidade do Império Bizantino deveram-se às relações amigáveis, às negociações e aos acordos vinculativos que o mesmo estabelecia, sucessivamente, com as civilizações vizinhas, com o intuito de manter a estabilidade e a prosperidade do seu povo. Os atores participantes nestas missões diplomáticas eram eleitos de acordo com o seu domínio sobre a arte da retórica, bem como com a sua fluência em línguas estrangeiras, sendo que, quando este último critério não se verificava, os diplomatas faziam-se acompanhar de intérpretes (Drocourt 7-8). No entanto, estes agentes eram enviados em missões pontuais, circunstanciais e temporárias.

As práticas que associamos atualmente à atividade diplomática desenvolveram-se em Veneza e foram introduzidas por Itália no século XV, tendo sido posteriormente replicadas pelas restantes nações europeias, de modo gradual. Através dos gregos entendidos na diplomacia bizantina, que se sedearam em Veneza, os venezianos adquiriram os princípios e os conhecimentos básicos sobre o domínio diplomático, que, logo a seguir, transmitiram às outras cidades italianas. A nação italiana foi a primeira a destacar agentes para permanecerem permanentemente noutros Estados europeus, tendo também procedido à criação de uma rede de postos diplomáticos espalhados territorialmente, dando assim origem a uma tradição diplomática designada por diplomacia moderna, cuja existência se verifica até hoje (Roland 41-43). Inicialmente, os representantes enviados no contexto da diplomacia moderna eram nomeados com base apenas nas suas competências linguísticas, mas, mais tarde, o Vaticano passou a exigir que os cargos diplomáticos fossem reservados a indivíduos de elevado estatuto social. Em ambos os casos, o conhecimento de línguas estrangeiras era considerado um critério essencial para o desempenho de cargos diplomáticos, encarregando-se quase sempre os próprios diplomatas das funções linguísticas. Em alguns casos, contudo, o trabalho dos intérpretes era ainda necessário.

Inicialmente, o latim era utilizado como a língua franca da diplomacia moderna (ou europeia). A predominância deste idioma deveu-se ao facto de nenhuma das nações europeias o possuir como língua oficial, evitando assim que uma língua em particular fosse dominante no espaço diplomático europeu. Além disso, os primeiros diplomatas a

circularem na Europa foram elementos do clero enviados pelo Vaticano, cuja língua era o latim, a língua oficial da Igreja Católica (Baranyai 3).

Este idioma apresentava-se como um elemento essencial no repertório linguístico de cada diplomata, independentemente do número de línguas que pudessem integrar o mesmo. Era através do latim que se estabelecia a maior parte dos contactos entre nações e que se redigiam acordos bilaterais e multilaterais. Contudo, no início do século XVI, verificou-se uma diminuição da influência desta língua na diplomacia, pelo facto de outros Estados da Europa começarem a adquirir um domínio cada vez maior sobre o espaço económico e comercial europeu, o que os levou a incentivar a utilização das suas próprias línguas. A crescente notoriedade da monarquia e corte francesas colocou a França na vanguarda da Europa, permitindo ao Estado francês exigir que as comunicações diplomáticas se processassem na língua francesa. Devido à atitude autoritária da França, os contactos entre nações e a redação de acordos passaram, efetivamente, a ser efetuados em francês, mas esta transição linguística deparou-se, no início, com algumas adversidades. Primeiramente, verificava-se um conhecimento reduzido do francês por parte dos diplomatas, o qual, apenas após um considerável período de tempo, e por insistência francesa, começou a aumentar. Em segundo lugar, outras potências europeias, especialmente a Grã-Bretanha, não tardaram a desafiar a ostentação da nação francesa.

Apesar de prevenir a ocorrência de equívocos na comunicação entre Estados, a existência de uma língua franca no contexto diplomático apresentava-se como uma vantagem para a nação cuja língua era predominante e, consequentemente, como uma desvantagem para as restantes nações. No prestígio linguístico, estavam implícitos outros tipos de poder, já que “o papel dominante de uma língua na diplomacia resultava do domínio político, estratégico, económico, cultural ou outro de uma potência nas relações internacionais” (Nick 41; minha tradução). Foi só no século XIX que a Grã-Bretanha começou a intervir ativamente na política externa europeia. Até aí, o seu foco tinha sido o Oriente, no qual estabeleceu prósperas cadeias comerciais e larga influência. Ao direccionar-se para o Ocidente, a Grã-Bretanha entrou imediatamente em conflito linguístico com a nação francesa. O Império Britânico, que rejeitava por completo a soberania francesa, depressa ordenou que os contactos diplomáticos que partissem da Grã-Bretanha fossem efetuados na língua inglesa. A crescente tensão associada às divergências linguísticas que acompanhavam a diplomacia europeia, na qual não se envolviam apenas a França e a Grã-Bretanha, mas também outras nações que rejeitavam

a hegemonia francesa, levou à promulgação de um decreto que assegurava o direito a cada nação europeia de estabelecer contactos diplomáticos através da sua própria língua.

Apesar do decreto anterior, a contínua supremacia do Estado francês revelou-se evidente no decorrer do Congresso de Viena, em 1814-1815, que reuniu as grandes potências europeias com o intuito de reorganizar o mapa político da Europa após a derrota de Napoleão Bonaparte. A França foi inicialmente excluída das deliberações mantidas durante o encontro. Contudo, por ser, naquele momento, a língua predominante no espaço europeu, o francês foi declarado o idioma oficial do Congresso, para o qual eram realizadas as traduções executadas pelos intérpretes, atendendo ao facto de que cada Estado podia comunicar através da sua língua. Além disso, a França conseguiu ainda participar no Congresso, acabando por ter, efetivamente, uma voz ativa dentro do mesmo. Este encontro levou também a alterações relativamente à prática tradutória da época, no contexto diplomático. Ao contrário de outras ocasiões, revelou-se de maior importância, naquele caso, “a inclusão das perspetivas e dos objetivos de cada nação nos documentos finais do Congresso” (Roland 51; minha tradução). Nesse sentido, a tradução realizada no âmbito do Congresso de Viena foi executada, maioritariamente, no modo escrito, a uma escala que não se tinha verificado até ali. Apesar da evidente oposição britânica, a língua francesa mantinha um sólido domínio sobre o Ocidente. Além disso, em 1883, a França criou a *Alliance Française*, cujo objetivo era “promover a língua francesa e a influência da França em todo o mundo” (Flotow 194; minha tradução).

Em contraste com a situação ocidental, o Oriente tinha sido profundamente influenciado pelo Império Britânico e, por esse motivo, os países dessa parte do mundo possuíam um maior conhecimento da língua inglesa. Quando a Liga das Nações foi criada, em 1919, através do Tratado de Versalhes, o francês e o inglês foram declaradas línguas oficiais, tendo-se verificado, pela primeira vez, uma equidade entre estes dois idiomas. Assegurava-se assim que as nações ocidentais e orientais integradas na Liga das Nações estivessem familiarizadas com uma das línguas oficiais da organização. Evitar obstáculos linguísticos apresentava-se como um dos objetivos básicos da Liga das Nações e, assim sendo, foi necessário tomar medidas relativamente ao modo como a atividade tradutória iria decorrer no contexto da mesma. De acordo com Baranyai, foi a partir deste evento que foi introduzida a prática de fornecer formação especializada aos tradutores e aos intérpretes envolvidos em organizações deste tipo (7). Como no caso anterior, a prática tradutória realizada na Liga não se baseou apenas na interpretação, mas também

na tradução de documentos provenientes da mesma. Estes dois métodos tinham como línguas de chegada, naturalmente, as duas línguas anteriormente mencionadas.

As perspectivas acerca da atividade tradutória e o modo como a mesma é desempenhada foram-se alterando em função dos eventos ocorrentes na história. No século XX, foi começando a ser adotada uma postura muito menos unidirecional relativamente ao número de línguas que deviam ser utilizadas em contextos diplomáticos. A prática tradutória sofreu profundas transformações, que levaram a que os intérpretes e os tradutores desenvolvessem competências cada vez mais exigentes. Dentro da ONU, constituída após a Segunda Guerra Mundial, a atividade tradutória tomou grandes proporções, devido ao volume de traduções a elaborar e à multiplicidade de línguas estabelecidas como oficiais. A ONU foi inicialmente formada por cinquenta nações, provenientes de diferentes continentes. No sentido de se evitarem conflitos, e porque a Organização representava um novo período de paz e estabilidade mundiais, foi minuciosamente traçado um plano relativo à sua atividade tradutória. Foram estabelecidas duas línguas de trabalho, o francês e o inglês, e cinco línguas oficiais, o chinês, o espanhol, o francês, o inglês e o russo. Enquanto que as línguas de trabalho são utilizadas para a comunicação entre os funcionários da ONU, as línguas oficiais são as utilizadas na tradução documental e na interpretação desempenhada pelos intérpretes. Mais tarde, com a adesão de novos Estados, o árabe foi declarado também como língua oficial da Organização.

Ao longo dos acontecimentos que marcaram a evolução da política externa, o estatuto do tradutor foi progredindo e as suas funções tornaram-se imprescindíveis para a execução da diplomacia. Com o desenvolvimento de princípios como a pluralidade e a igualdade, a tradução tornou-se uma prática cada vez mais complexa e desafiante, à qual os tradutores tiveram de se adaptar. O desenvolvimento tecnológico ocorrido nos anos noventa contribuiu para uma maior produtividade na área da tradução e, atualmente, vários são os recursos tecnológicos utilizados na atividade tradutória de grandes organizações internacionais.

A União Europeia foi a organização internacional que adotou mais drasticamente o princípio da pluralidade. Teve origem na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, constituída em 1952 por seis Estados europeus: Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda. De imediato, as quatro línguas faladas nos seis países fundadores foram consideradas línguas oficiais da comunidade, no sentido de “se garantir a cada

cidadão o direito de entender as disposições e medidas adotadas pela Comunidade e de se reconhecer as suas diferenças linguísticas e culturais” (Comissão Europeia 9-10; minha tradução). Para além da interpretação, o trabalho dos tradutores passava por traduzir os documentos da organização para as suas línguas oficiais e criar quatro versões idênticas do jornal da Comunidade que se destinava às sociedades dos seis Estados-Membro. A atual UE conta com 27 Estados-membro e possui 24 línguas oficiais, pelo facto de ter adotado todos os idiomas das nações aderentes como línguas oficiais. Enquanto que, inicialmente, empregava 25 tradutores, integra agora mais 1600 funcionários dedicados à tradução. Por questões práticas, as línguas de trabalho da União Europeias são três: o alemão, o francês e o inglês. Com esta crescente multiplicidade, a atividade tradutória da União Europeia passou por vários processos de adaptação e conta atualmente com várias ferramentas tecnológicas que permitem a eficiência e o rigor de um sistema de tradução de enorme complexidade.

Após a Segunda Guerra Mundial, e com o desenrolar da Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, começou a ganhar cada vez mais relevância a diplomacia pública, na qual a atividade tradutória se tem demonstrado, até hoje, igualmente indispensável. Na tentativa de obter o apoio do público internacional, os Estados Unidos, segundo Flotow, procuraram transmitir a mensagem de que a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América “representavam o mundo livre” (194; minha tradução). Ao longo do tempo, a diplomacia pública revelou ter um impacto significativo no contexto diplomático porque, através da mesma, cada nação podia criar a sua imagem e reputação no contexto da política externa. A diplomacia pública passa pela “apresentação de ideias ou políticas a audiências globais” e é efetuada pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de cada nação, através de “redes sociais, comunicados de imprensa, da gestão de *websites* e outras ferramentas de informação” (Snow 2; minha tradução).

3.4. A qualidade no contexto institucional

A procura pela qualidade é atualmente um fator importante na prática tradutória e, em particular, na indústria da tradução. A realização de uma tradução, independentemente do seu contexto e da sua finalidade, implica que sejam feitas escolhas, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, por parte do tradutor,

de acordo com determinados critérios, que visam cumprir os requisitos de qualidade do cliente. Contudo, a qualidade de uma tradução, propriedade avaliada sistematicamente e, por vezes, de um “modo autoritário” (Hönig 6), é, na realidade, muito subjetiva, visto que pode adquirir diferentes significados para diferentes indivíduos.

Nesse sentido, não é possível definir plenamente esta característica, tal como não existe um método comum e absoluto, pelo qual a qualidade de uma tradução possa ser avaliada. A dificuldade em abordar esta propriedade deve-se principalmente ao facto de todos os intervenientes envolvidos no processo de tradução possuírem diferentes “visões e perceções de qualidade” e procurarem atingir diferentes objetivos, dependendo os últimos da circunstância comunicativa na qual decorre a tradução (Becerra & Aís 454). No entanto, pode destacar-se o destinatário final da tradução como um dos elementos mais importantes do processo tradutório, cuja interpretação do significado de qualidade predomina em relação às dos restantes intervenientes. O cliente da tradução possui os seus próprios parâmetros qualitativos e expectativas relativamente à tradução que solicita e é esperado que o tradutor desempenhe as suas funções de modo a corresponder a esses mesmos parâmetros. O conceito de qualidade, no domínio da tradução, pode então ser descrito de um modo mais genérico: “o grau até ao qual as características intrínsecas de um produto ou processo correspondem às expectativas do cliente” (Svoboda et al. 3; minha tradução). Existem processos que as organizações produtoras de tradução realizam, no sentido de cumprirem os critérios de qualidade definidos pelo cliente.

O processo de avaliação da prática tradutória é um deles e designa-se habitualmente por *quality assessment*, sendo referido através da sigla QA (*Quality Assessment*) ou TQA (*Translation Quality Assessment*). Define-se da seguinte maneira:

Uma verificação de partes seleccionadas de uma tradução, geralmente após a entrega ao cliente, por alguém que não o tradutor, no sentido de se determinar até que grau foram cumpridos os critérios profissionais, bem como os critérios da organização que produz a tradução e do cliente, relativamente a um ou mais parâmetros. Não são realizadas correções. O resultado desta avaliação poderá ser calculado para a classificação do desempenho de funcionários ou para a contratação de serviços de tradução. (Mossop 249; minha tradução)

Apesar de aparentes semelhanças, o processo de *quality assessment* difere do processo de revisão da tradução, pois, para além de ter uma finalidade diferente, não são efetuadas correções durante o mesmo. De um modo geral, Mossop refere-se ao processo de revisão como *quality control* (controlo de qualidade), fazendo, contudo, uma distinção entre revisores e controladores de qualidade. Enquanto que os primeiros são tradutores certificados, os segundos consistem em qualquer pessoa a quem seja atribuída a tarefa de verificar uma tradução, tendo essa normalmente um conhecimento profundo da matéria que é tratada no texto traduzido. Por este motivo, é por vezes traçada uma distinção entre os processos de revisão e de controlo de qualidade (117). Esta etapa de controlo de qualidade evidenciada por Mossop corresponde à fase de avaliação (*review*) referida na Norma de Qualidade ISO 17100: 2015, uma vez que os avaliadores (*reviewers*) são especialistas na matéria sobre a qual a tradução é desempenhada (6) e a fase de avaliação, por sua vez, tem como principal objetivo avaliar se o TC se adequa à sua finalidade e ao tipo de texto em causa, bem como ao domínio de especialização no qual se insere (11). Deve notar-se que, de acordo com as definições de ambos os processos de controlo de qualidade e de avaliação, o agente tem em atenção apenas o TC, sem comparar o mesmo com o TP.

Igualmente abreviado por QA ou TQA, o processo de *quality assurance* também é geralmente incluído no processo tradutório. A utilização de métodos de *quality assurance* é cada vez mais comum devido aos progressos tecnológicos que acompanham a atividade tradutória. Pelo facto de possuírem siglas semelhantes, estes dois conceitos são frequentemente confundidos. Contudo, as suas divergências são significativas, pois enquanto que *quality assessment* está relacionado com o produto resultante do processo tradutório, *quality assurance* remete para esse mesmo processo (Vandepitte 17-19), podendo ser descrito da seguinte forma:

O conjunto de todos os procedimentos aplicados antes, durante e após o processo de produção da tradução, por todos os membros de uma organização que produz tradução, no sentido de se assegurar que os objetivos qualitativos importantes para os clientes estão a ser cumpridos. (Mossop 249: minha tradução)

O processo de *quality assurance* integra uma série de recursos, cuja utilização prova ser rentável e permite às organizações produzirem traduções que se aproximam mais facilmente dos critérios de qualidade estabelecidos pelo cliente. Na verdade, no caso da tradução institucional, quando o processo de *quality assurance* inclui metodologias muito precisas e se, simultaneamente, estas forem aplicadas de modo rigoroso, pode tornar-se dispensável o processo de *quality assessment* (Drugan 76). Tendo em consideração que, na tradução institucional, o cliente consiste na própria instituição e que esta traça os critérios que irão ser avaliados no processo de *quality assessment*, desenvolver métodos de *quality assurance* de acordo com esses critérios permite às instituições alcançar uma maior produtividade. Os métodos de *quality assurance* permitem também que o fator da *coletividade*, tipicamente associado à tradução institucional, não afete o produto final do processo tradutório, pois funcionam como instrumentos de orientação para os tradutores dos órgãos institucionais. De igual modo, asseguram que o fator da *padronização* seja alcançado, pelo facto de manterem a uniformidade e a coerência entre traduções. Os procedimentos aplicados durante o processo de *quality assurance* contribuem ainda de modo positivo para a fase de revisão e (ou) controlo de qualidade.

A UE, organização internacional em se verifica uma atividade tradutória de grande dimensão, terá estabelecido os seus parâmetros qualitativos para o processo de *quality assessment* e desenvolvido as suas ferramentas para a aplicação do processo de *quality assurance*. Todos os documentos e conteúdos *web* da UE são traduzidos para as suas 24 línguas oficiais, incluindo o Jornal Oficial da União Europeia. Segundo Seracini, um dos princípios básicos da UE é o multilinguismo. Além de assegurar a democracia e uma comunicação transparente, bem como salvaguardar os direitos e as obrigações de todos os cidadãos da UE, este fator impede a supremacia de um dos Estados-Membro. Todas as versões de um documento correspondentes às línguas oficiais da UE são consideradas “igualmente autênticas”, não sendo apresentada nenhuma das versões como o texto de partida (16-20). No sentido de alcançar esta igualdade, não só linguística mas também política, a atividade tradutória da UE é executada mediante um processo de tradução bastante rigoroso.

Entre os parâmetros qualitativos estabelecidos pela Direção-Geral da Tradução da União Europeia, que são verificados durante o processo de *quality assessment*, podem salientar-se os seguintes: a tradução não deve apresentar omissões nem adições, a

terminologia utilizada na tradução deve ser coerente com a terminologia já utilizada internamente, a tradução não deve possuir erros gramaticais e deve apresentar-se de acordo com a formatação original (Moorkens et al. 59). Existem ainda outros critérios que integram os parâmetros qualitativos da União Europeia, bem como instruções específicas para cada tradução.

Para assegurar o cumprimento dos critérios de qualidade estabelecidos para cada tarefa tradutória, a UE dispõe de várias ferramentas de *quality assurance* que são sistematicamente aplicadas durante a prática tradutória, pelos tradutores da instituição. Segundo Biel, as ferramentas de *quality assurance* da UE incluem um sistema de tradução automática desenvolvido pela própria, memórias de tradução (MT), glossários, bases de documentos, guias de estilo e ainda um *software* que gere o fluxo de trabalho entre os tradutores da UE (49).

Não são apenas os procedimentos abordados anteriormente que contribuem para a qualidade da tradução, mas também as competências de cada tradutor envolvido. De acordo com a Norma de Qualidade ISO 17100:2015, os tradutores devem possuir seis tipos de competências diferentes: competência tradutória, competência linguística e textual em ambas as línguas, de partida e chegada, competência de pesquisa, aquisição de informação e processamento, competência cultural, competência técnica e competência no domínio de especialização (6). Com base num inquérito aplicado a tradutores da UE e da ONU, Lafeber apurou os três tipos de competências mais relevantes para os tradutores que desempenham funções particularmente no âmbito da tradução institucional, em contexto diplomático: competência de análise, que permite aos tradutores interpretar o significado do TP para além das palavras, através de um profundo nível de conhecimento das diversas matérias diplomáticas; competência de redação, que resulta do domínio do tradutor sobre a LC, bem como sobre a terminologia específica; e competência de pesquisa, que está associada à capacidade do tradutor para encontrar fontes de informação que sejam fiáveis e para utilizar as ferramentas que tem ao seu dispor de modo escrupuloso (70-73). Ao analisar comparativamente as três últimas competências referidas com as identificadas na Norma de Qualidade atrás mencionada, verificamos que as mesmas poderão corresponder, nomeadamente, à competência no domínio de especialização, à competência linguística e textual em ambas as línguas, de partida e chegada, e à competência de pesquisa, aquisição de informação e processamento,

devendo estas ser as competências mais exigidas e, simultaneamente, desenvolvidas pelos tradutores que trabalham em tradução institucional.

4. Estudo de caso no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

4.1. O tipo de traduções realizadas durante o estágio

Neste subcapítulo, caracterizar-se-ão os tipos de texto que traduzi durante o meu estágio curricular e apresentar-se-ão simultaneamente exemplos dos mesmos, exceto nos dois últimos casos. O penúltimo caso trata-se de uma tradução para uso interno, que não será apresentada por motivos de confidencialidade, e o último caso, por sua vez, trata-se de uma legendagem, que poderá ser acedida através da ligação que disponibilizarei. Os exemplos apresentados serão compostos pelos textos de partida e pelas traduções dos mesmos, sendo que essas traduções foram realizadas por mim e não passaram ainda pelas seguintes fases do processo tradutório, não constituindo assim os textos de chegada.

I. Notícias

As notícias regularmente publicadas no Portal Diplomático provinham das Secretarias do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas e do Secretário de Estado da Internacionalização. Tinham como objetivo informar os leitores acerca de ações nas quais esses tinham intervindo ou iriam intervir, bem como de iniciativas que viriam a decorrer no âmbito da política externa portuguesa, nas quais o público poderia participar mediante registo prévio. As notícias eram geralmente constituídas por textos breves, com linguagem objetiva e acessível. Entre as mesmas, identificavam-se padrões frásicos sistematicamente semelhantes.

Texto de partida
Eurico Brilhante Dias visita a Índia

07 abril 2021

O Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, deslocar-se-á a Nova Deli nos dias 8 e 9 de abril, para presidir à 5ª sessão da Comissão Mista Económica Portugal-Índia. Esta estrutura negocial, criada no âmbito do Acordo de Cooperação Económica e Comercial, Industrial e Técnica assinado entre a República Portuguesa e a República da Índia em 2000, reúne-se este ano a nível político para dar seguimento aos trabalhos de preparação da Cimeira Portugal-Índia e da Reunião de Líderes UE-Índia, que terão lugar no próximo dia 8 de maio, no Porto.

O Secretário de Estado da Internacionalização terá ainda encontros com o Ministro do Comércio e Indústria, Hardeep S. Puri, com o Vice-Ministro das Finanças, Anurag Singh Thakur, bem como com empresas indianas potencialmente interessadas em desenvolver atividade em Portugal.

(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/eurico-brilhante-dias-visita-a-india>)

Tradução

Eurico Brilhante Dias visits India

07 April 2021

The Secretary of State of Internationalisation, Eurico Brilhante Dias, will visit New Delhi on the 8th and 9th of April, to chair the 5th session of the Portugal-India Joint Economic Commission. This negotiating structure, which has been created within the scope of the Trade, Economic, Industrial and Technical Cooperation Agreement signed between the Portuguese Republic and the Republic of India in 2000, meets this year at the political level to continue the works on the preparation of the Portugal-India Summit and the EU-India Leaders Meeting, which will take place on the 8th of May, in Porto.

The Secretary of State of Internationalisation will also engage in meetings with the Minister of Commerce and Industry, Hardeep S. Puri, the Vice-Minister of Finance, Anurag Singh Thakur, as well as Indian companies potentially interested in developing activities in Portugal.

Tabela 1 - Notícia "Eurico Brilhante Dias visita a Índia" publicada a 07/04/2021

II. Comunicados de imprensa

Os comunicados de imprensa, por norma, eram compostos por textos mais extensos e complexos. Abordavam igualmente assuntos relacionados com as práticas diplomáticas portuguesas, tendo como temáticas recorrentes ações tomadas no âmbito do apoio prestado aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, a prestação de apoio a outros países em situações de crise humanitária, a celebração de relações diplomáticas entre Portugal e outros Estados, a participação portuguesa em matérias da UE, bem como de outras organizações internacionais das quais Portugal é membro, e os efeitos de alguma

ação diplomática levada a cabo pelo Estado português. Uma característica que distinguiu as notícias dos comunicados de imprensa foi a dimensão terminológica. Verificou-se uma maior presença de terminologia específica nos comunicados de imprensa, pelo facto de os mesmos abordarem mais aprofundadamente as suas temáticas.

Texto de Partida
Declaração conjunta por ocasião do 100º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Estónia 03 fevereiro 2021 Em fevereiro de 2021, Portugal e a Estónia celebram o 100º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas. Esta celebração tem lugar durante um período especialmente desafiante para a comunidade internacional. Neste contexto, Portugal e a Estónia reconhecem com particular apreço os laços de amizade e cooperação fortes e duradouros que os unem. Portugal reconheceu a Estónia <i>de facto</i> em 1918 e <i>de jure</i> no dia 3 de fevereiro de 1921, tendo desde então reconhecido sempre essa soberania, o que foi reconfirmado a 27 de agosto de 1991 e levou ao restabelecimento das relações diplomáticas no dia 1 de outubro de 1991. Ao longo do último século, os dois países enfrentaram desafios formidáveis ao nível político, social e económico, que ambos conseguiram ultrapassar através da inabalável determinação dos seus povos. Os dois países perseveraram e aderiram à família comum europeia. Constitui, deste modo, uma coincidência encorajadora que a celebração do centenário do estabelecimento das relações diplomáticas tenha lugar durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Atualmente, Portugal e a Estónia partilham várias prioridades, que vão desde a luta contra as alterações climáticas à transformação digital das suas sociedades, e, em simultâneo, à promoção de um modelo de Europa Social baseado na solidariedade e na convergência. Existem múltiplas áreas de interesse comum nas quais ambos os países estabeleceram uma base sólida de colaboração, tais como a governação eletrónica e a cibersegurança, bem como a cooperação nos setores da segurança e defesa. Os nossos países estão interessados em desenvolver ainda mais os interesses comuns, assim como em incrementar as trocas culturais, particularmente na área do turismo cultural e de património, e em aprofundar a cooperação científica entre as suas instituições. As visitas de alto nível nos últimos anos, nomeadamente a Visita de Estado de S. Exa. a Presidente da República da Estónia a Portugal, em 2019, e a visita de S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional à Estónia em 2020, são testemunhos adicionais das excelentes relações políticas (bilaterais) mantidas entre os dois países. Nesta ocasião, Portugal e a Estónia desejam reafirmar o compromisso de fortalecer ainda mais as relações bilaterais ao nível político, económico e cultural, bem como de reforçar a nossa cooperação no contexto da União Europeia, OTAN, Nações Unidas e outros <i>fora</i> multilaterais de dimensão internacional, no âmbito dos quais os nossos países dispõem de um registo de forte e frutífera cooperação.

3 de fevereiro de 2021 (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/declaracao-conjunta-por-ocasio-do-100-aniversario-do-estabelecimento-de-relacoes-diplomaticas-entre-portugal-e-a-estonia)
Tradução
Joint Statement on the establishment of diplomatic relations between Portugal and Estonia's 100th anniversary 3rd February 2021 In February 2021, Portugal and Estonia celebrate the establishment of diplomatic relations' 100th anniversary. This celebration takes place during a particularly challenging period for the international community. Therefore, Portugal and Estonia recognise with particular appreciation the strong and long-lasting bonds of friendship which unite them. Portugal recognised Estonia de facto in 1918 and de jure on the 3rd of February 1921, having, since then, always acknowledge that sovereignty, which was reconfirmed on the 27th of August 1991 and led to the diplomatic relations' reestablishment on the 1st of October 1991. Throughout the last century, the two countries have faced formidable challenges at the political, social, and economic levels, which both were able to overcome due to the unwavering determination of their peoples. The two countries persevered and joined the common European family. It is, therefore, an encouraging coincidence that the celebration of the establishment of diplomatic relations' centenary takes place during the Portuguese Presidency of the Council of the European Union. Currently, Portugal and Estonia share several priorities, which range from the fight against climate change to their societies' digital transformation, and, simultaneously, to the promotion of a Social Europe model, based on solidarity and convergence. Both countries have established a solid collaborative basis in multiple areas of common interest, such as electronic governance and cybersecurity, as well as cooperation in the security and defence sectors. Our countries are committed to developing even further the common interests, as well as to enhancing cultural exchanges, particularly in the field of cultural and heritage tourism, and to deepening the scientific cooperation between their institutions. The high-level visits paid in recent years, namely the State Visit of Estonia's President of the Republic to Portugal, in 2019, and the visit of the Minister of National Defence to Estonia, in 2020, are additional evidence of the excellent political (bilateral) relations maintained between both countries. On this occasion, Portugal and Estonia wish to reaffirm the commitment to further strengthen the bilateral relations at the political, economic, and cultural levels, as well as to reinforce our cooperation in the context of the European Union, NATO, the United Nations, and others, besides multilateral bodies of international dimension, within which our countries have registered a strong and fruitful cooperation. 3rd February 2021

Tabela 2 - Comunicado de imprensa "Declaração conjunta por ocasião do 100º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Estónia" publicado a 03/02/2021

III. Páginas do Portal Diplomático

As páginas do Portal Diplomático que foram alvo de tradução durante o meu estágio pertencem às secções *Sobre Nós* e *Política Externa*. Os textos provenientes da primeira tratavam temas relacionados com a estrutura orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as suas normas de funcionamento e a evolução histórica da sua sede, o Palácio das Necessidades. Os textos provenientes da segunda secção, por seu turno, abordavam assuntos relacionados precisamente com a política externa portuguesa, informando os leitores acerca das práticas diplomáticas portuguesas, das organizações internacionais de que Portugal é membro, bem como da influência que as mesmas têm sobre o nosso sistema interno, e de aspetos da língua e cultura portuguesas, cuja disseminação é um dos principais objetivos do MNE. Os conteúdos das páginas relativas à história da sede do MNE, ao contrário dos restantes textos, possuíam uma linguagem bastante descritiva, com várias referências históricas. Os textos das páginas relativas à política externa portuguesa, tal como os comunicados de imprensa, caracterizavam-se pelo forte peso de terminologia de especialidade.

Texto de Partida
O Palácio das Necessidades não foi habitado por D. João V mas sim por seus irmãos, os infantes D. António e D. Manuel. Veio ainda servir inicialmente como residência a visitantes ilustres, nomeadamente príncipes estrangeiros de passagem por Lisboa, como sucedeu com o futuro rei Jorge IV de Inglaterra, então Príncipe de Gales, ao partir para e regressar de Gibraltar, e o seu irmão, o Duque de Sussex. Mais tarde o Duque de Wellington, comandante do exército anglo-português nas lutas contra as tropas invasoras de Napoleão I, escolheu também para residência este palácio. A partir de 1828, o rei D. Miguel I permaneceu curtas temporadas nas Necessidades. Ao ter fraturado as duas pernas num acidente, mandou construir uma ponte ou passadiço que ligava diretamente o palácio da ala poente à cerca conventual, face ao Largo das Necessidades. Em 1833, por iniciativa de D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, procedeu-se, então, às primeiras modificações significativas no Palácio das Necessidades, a fim de se destinar a uma residência condigna de uma neta, por via materna, do Imperador Francisco II de Áustria, de uma sobrinha por casamento do Imperador Napoleão I de França com Maria Luísa de Áustria, e de uma filha do Imperador do Brasil, a futura soberana de Portugal, D. Maria II. (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/historia-do-palacio/convento-e-palacio-real#palacio-das-necessidades-residencia-de-visitantes-ilustres)
Tradução
Palácio das Necessidades was not inhabited by King João V, but by his brothers, Infante António and Infante Manuel. Initially, it served as a residence for distinguished guests, namely, foreign

princes who passed through the city of Lisbon, such as the future King George IV of the United Kingdom, then Prince of Wales, as he left for and returned from Gibraltar, and his brother, the Duke of Sussex.

Later, the Duke of Wellington, commander of the Anglo-Portuguese army in the battles against Napoleon I's invading troops, also chose this palace as his residence.

From 1828 onwards, King Miguel I spent short periods of time at Palácio das Necessidades. After having fractured both legs in an accident, he ordered the construction of a bridge or walkway, facing Largo das Necessidades, which connected the west wing of the Palace directly to the Convent's enclosure.

In 1833, under the initiative of King Pedro I of Brazil and IV of Portugal, Palácio das Necessidades suffered its first significant changes towards becoming the honourable residence of the future Portuguese monarch, Queen Maria II, granddaughter of the Emperor Francis II of Austria, due to one of his daughters' matrimony, niece of the Emperor Napoleon I of France, due to his marriage with Marie Louise of Austria, and daughter of the Emperor of Brazil.

Tabela 3 - Excerto retirado da página "Convento e Palácio Real"

Texto de Partida
Garantir a paz no nosso continente e a segurança dos nossos cidadãos está no cerne do projeto europeu. Graças à integração europeia, é quase impossível imaginar uma nova guerra entre os países da nossa União. Atualmente, porém, garantir a nossa segurança implica lidar com ameaças que ultrapassam fronteiras. Nenhum país as pode enfrentar sozinho, mas, juntos, somos fortes. A nível europeu, estamos a investir em conjunto na construção da paz e no combate às causas profundas das atuais preocupações em matéria de segurança – desde a insegurança económica e política às alterações climáticas, tanto na nossa vizinhança como no resto do mundo. Sabemos que o poder coercivo por si só não pode, em caso algum, resolver uma crise. Mas é necessário complementar o nosso poder persuasivo com uma maior cooperação no domínio da defesa. Em dezembro de 2016 os dirigentes da União Europeia (UE) chegaram a acordo sobre um plano para aprofundar a nossa cooperação em matéria de segurança e defesa. O nosso plano comum centra-se em três prioridades estratégicas complementares: 1. Proteger a UE e os seus cidadãos; 2. Dar resposta às crises e aos conflitos externos; 3. Reforçar as capacidades dos nossos parceiros. Os Estados-membros da UE têm experiência significativa na cooperação para promover a segurança, designadamente com 16 missões militares e civis da UE no terreno. [...] (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/defesa/ue-seguranca-e-defesa)
Tradução

Ensuring peace in our continent and the security of our citizens is at the heart of the European project. Due to the European integration, it is almost impossible to conceive of a new war between our Union's countries. Currently, however, ensuring our security involves dealing with threats that transcend borders. No country is able to face those alone, but together we are strong.

At the European level, we are investing together in the construction of peace and in the fight against the root causes of the current security concerns - from the economic and political insecurity to climate change, both in our neighbourhood and in the rest of the world. We know that coercive power by itself can not, in any case, solve a crisis. It is yet necessary to complement our persuasive power with greater cooperation in the defence field.

In December 2016, the leaders of the European Union (EU) reached an agreement on a plan to deepen our cooperation in terms of security and defence. Our common plan focuses on three complementary strategic priorities:

1. Protect the EU and their citizens;
2. Respond to external conflicts and crises;
3. Enhance our partners' capacities.

The EU Member-States have significant experience in cooperating to promote security, namely with 16 EU military and civilian missions on the ground.

[...]

Tabela 4 - Excerto retirado da página "UE - Segurança e Defesa"

IV. Comunicados governamentais

As medidas de saúde pública apresentadas nos comunicados governamentais, redigidos numa linguagem simples e objetiva, encontravam-se sob a forma de listagem. A finalidade destes comunicados era transmitir a informação neles presente corretamente e de modo claro, aspetos que procurei manter nas traduções. Apesar de não apresentar nenhuma das traduções realizadas no âmbito destas tarefas, disponibilizo uma ligação que remete para o texto de partida de um dos comunicados governamentais traduzidos: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=medidas-do-novo-estado-de-emergencia>.

V. Legendagem de vídeo com mensagem do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O vídeo legendado foi publicado na página de Facebook do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sob o título *Portugal apoia a iniciativa de António Guterres para o acesso*

justo e equitativo às vacinas para o #COVID19 em todo o mundo (https://www.facebook.com/MNEdePortugal/videos/portugal-apoia-a-iniciativa-de-ant%C3%B3nio-guterres-para-o-acesso-justo-e-equitativo/719435235402738/?__so__=channel_tab&__rv__=related_videos). Tem uma duração de aproximadamente dois minutos, ao longo dos quais o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros afirma o apoio do Estado português à iniciativa de António Guterres, *Somente Juntos*, que promove o acesso global à vacinação contra a COVID-19. Simultaneamente, o MENE explica de que forma Portugal irá contribuir para esta causa. Entre todas as traduções que realizei durante o período de estágio, esta foi a única que teve como LP a língua inglesa e como LC a língua portuguesa.

Todas as traduções acima mencionadas, exceto os comunicados governamentais, são consideradas traduções institucionais, de acordo com a definição de Koskinen. Tiveram como base textos em que se verifica uma intenção comunicativa, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o seu público-alvo. Os comunicados governamentais, ao contrário dos restantes textos, serviram para uso interno do MNE, não devendo a sua tradução ser abrangida pelo conceito de *tradução institucional*.

4.2. O processo de tradução desenvolvido durante o estágio

O processo de tradução desenvolvido no meu estágio curricular incluiu a intervenção dos meus orientadores de estágio durante os respetivos períodos de orientação, e da Dra. Ana Saldanha. Cada um participou numa das fases do processo, sendo que a Dra. Ana Saldanha foi a responsável pela revisão das traduções e coube ao Dr. Rui Camacho Duarte e à Dra. Joana Gaspar verificar e aprovar as mesmas. O processo que irá ser primeiramente descrito foi aplicado na tradução dos textos provenientes do Portal Diplomático, os quais constituíram a maior parte das traduções realizadas durante o período de estágio. Para as traduções dos comunicados governamentais e para a legendagem do vídeo, foram seguidos processos de tradução ligeiramente diferentes, que serão posteriormente apresentados de uma maneira menos pormenorizada, pelo facto de empregados pontualmente.

Os textos das notícias, dos comunicados de imprensa e das páginas do Portal Diplomático eram selecionados e copiados para um ficheiro Word, de modo a poder proceder-se à tradução dos mesmos, através do *Wordfast Anywhere*. Esta é uma plataforma de tradução *online*, de acesso gratuito, que provou ser bastante vantajosa ao longo do estágio. A utilização desta plataforma requer a criação de uma conta, à qual se pode aceder através de qualquer dispositivo com Internet. Assim, o facto de terem sido utilizados dois dispositivos diferentes durante o primeiro mês de estágio não afetou o meu fluxo de trabalho, pois era possível iniciar uma tradução num determinado dispositivo e retomá-la mais tarde através de outro. Para além deste aspeto, o *Wordfast Anywhere* é um software de tradução muito prático e intuitivo, que abrange funções bastante úteis relativamente à criação e gestão de memórias de tradução e glossários, tais como a partilha de MT e glossários através do e-mail, a criação dos mesmos a partir de ficheiros .txt ou outros, a junção de duas memórias de tradução ou dois glossários e a inversão dos mesmos. A plataforma possui ainda funções de revisão, que verificam a conformidade entre os segmentos de origem e os segmentos traduzidos, bem como a ortografia do texto presente nos segmentos traduzidos, de acordo com a língua de chegada definida. Por outro lado, o *Wordfast Anywhere* apresenta alguns aspetos negativos relativamente ao número de ficheiros suportados e à ausência de algumas funções que seriam úteis para a tradução dos segmentos. Mais concretamente, a plataforma suporta apenas o armazenamento simultâneo da tradução de dez ficheiros, pelo que não é possível ter várias traduções pendentes ao mesmo tempo. Além disso, não é possível procurar termos entre os segmentos, uma ferramenta que integra várias plataformas de tradução e que teria sido bastante útil nas tarefas que realizei durante o estágio. Deve salientar-se também que o *Wordfast Anywhere* não é apropriado para a tradução coletiva, uma vez que não dispõe de funções nesse sentido. Durante a tradução, foram adotadas outras ferramentas e metodologias para assegurar a qualidade das traduções, as quais apresentarei no próximo subcapítulo. Aí irei também abordar o modo como lidei com a componente terminológica específica das traduções realizadas ao longo deste estágio.

Após traduzir um texto, descarregava a tradução da plataforma *Wordfast Anywhere*, através de um ficheiro Word, e a esse ficheiro adicionava o texto de partida correspondente. De seguida, enviava o mesmo, via e-mail, ao(à) meu(minha) orientador(a) de estágio e à Dra. Ana Saldanha (esta em conhecimento). Diretamente nesse ficheiro, a Dra. Ana Saldanha realizava o processo de revisão da tradução por meio

das funções de revisão disponibilizadas pelo Word, que permitem fazer correções aos textos, mantendo simultaneamente as suas versões iniciais, de modo a que ambas as versões sejam visíveis. Após as traduções serem revistas, os ficheiros eram retornados para mim e para o(a) meu(minha) orientador(a) de estágio, via e-mail.

No sentido de se finalizar o texto de chegada, que era publicado no Portal Diplomático, os textos revistos pela Dra. Ana Saldanha eram ainda verificados pelo(a) orientador(a) de estágio. Pertencendo o Dr. Rui Camacho Duarte e a Dra. Joana Gaspar ao Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o cumprimento dos critérios de qualidade definidos pela instituição era validado pelos mesmos. Cabia-lhes, nesta fase, averiguar se a tradução revista possuía as condições necessárias de modo a ser aprovada e publicada na plataforma oficial do MNE. Apesar de esta fase se assemelhar ao processo de *quality assessment*, a mesma ocorria previamente à publicação da tradução e nela era analisada a tradução completa, podendo ser ainda realizadas correções. Para além destes dois aspetos, esta análise tinha como foco cada tradução e não o serviço tradutório do IDI na sua generalidade. Neste caso, é pertinente distinguir o processo de revisão do processo de controlo de qualidade (*quality control*), igualmente designado por processo de avaliação (*review*), sendo que a revisão era desempenhada pela Dra. Ana Saldanha, uma tradutora com vasta experiência, e o controlo de qualidade por um dos meus orientadores de estágio, especialistas no domínio da política externa portuguesa. Contudo, verifica-se uma diferença no procedimento que era adotado pelo IDI relativamente aos processos de controlo de qualidade e de avaliação discutidos no ponto 3.4, pois nele o TC era analisado paralelamente com o TP.

Os textos de chegada eram alcançados através das três fases anteriormente mencionadas. De seguida, apresento um exemplo onde é possível observá-las e notar as alterações que foram feitas ao longo do processo de tradução aplicado. Neste exemplo, as partes que foram descartadas encontram-se rasuradas e as partes que foram acrescentadas encontram-se sublinhadas, tendo essas alterações sido realizadas pela Dra. Ana Saldanha e pela Dra. Joana Gaspar, nas respetivas fases de intervenção:

Texto de partida	Tradução
Augusto Santos Silva preside à reunião informal do Conselho de Negócios Estrangeiros da União Europeia na vertente Comércio	Augusto Santos Silva chairs the informal meeting of the European Union's Foreign Affairs Council concerning the Trade aspect

01 março 2021	1 March 2021
O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, preside, no dia 2 de março, a partir de Bruxelas, à reunião informal do Conselho de Negócios Estrangeiros da União Europeia na vertente Comércio, que decorrerá por videoconferência.	The Minister of state and Foreign Affairs, Augusto Santos Silva, chairs, from Brussels, the informal meeting of the European Union's Foreign Affairs Council concerning the Trade aspect, which will be held on the 2 nd of March, by video conference.
A reunião permitirá uma primeira troca de pontos de vista sobre a Comunicação da Comissão Europeia sobre a Revisão da Política Comercial, recentemente publicada.	The meeting will enable an initial exchange of points of view regarding the recently published European Commission's Communication on the trade policy review.
No final da reunião, terá lugar uma conferência de imprensa organizada pelo Conselho da UE, previsivelmente a partir das 12h (hora de Bruxelas). (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/augusto-santos-silva-preside-a-reuniao-informal-do-conselho-de-negocios-estrangeiros-da-uniao-europeia-na-vertente-comercio)	A press conference, organised by the EU Council, will take place at the end of the meeting, presumably at 12:00 (Brussels time).
Tradução revista	Texto de chegada
Augusto Santos Silva chairs the informal meeting of the European Union's Foreign Affairs Council concerning the Trade aspect <u>component</u>	Augusto Santos Silva chairs the informal meeting of the European Union's Foreign Affairs Council concerning the Trade component <u>on Trade</u>
1 March 2021	1 March 2021
The Minister of state and Foreign Affairs, Augusto Santos Silva, chairs, from Brussels, the <u>The informal meeting of the European Union's Foreign Affairs Council concerning the Trade aspect component, which will be held on the 2nd of March, by video conference, from Brussels, will be chaired by the Minister of State and Foreign Affairs, Augusto Santos Silva.</u>	The Minister of State and Foreign Affairs, Augusto Santos Silva, will chair The the informal meeting of the European Union's Foreign Affairs Council concerning the Trade component on Trade, which will be held on the 2nd of March, by video conference, from Brussels, will be chaired by the Minister of State and Foreign Affairs, Augusto Santos Silva.
The meeting will enable an initial exchange of points of view regarding the recently published European Commission's Communication on the trade policy review.	The meeting will enable an initial exchange of points of view regarding the recently <u>views on</u>

A press conference, organised by the EU Council, will take place at the end of the meeting, presumably at 12:00 (Brussels time).	the newly published European Commission's Communication on the trade policy review.
	A press conference, organised by the EU Council, will take place at the end of the meeting, presumably at 12:00 (Brussels time).

Tabela 5- Processo tradutório da notícia "Augusto Santos Silva preside à reunião informal do Conselho de Negócios Estrangeiros da União Europeia na vertente Comércio" publicada a 01/03/2021

Durante a fase de revisão, a Dra. Ana Saldanha realizava maioritariamente correções de natureza sintática, com o intuito de tornar a leitura do texto mais clara e fluída. Surgiam outras correções que eram necessárias não só para preservar o sentido do TP, mas também para adequar a tradução ao contexto institucional sob o qual a mesma era produzida. Atendendo ao facto de o meu conhecimento no domínio diplomático ser superficial, ocorreram por vezes erros de interpretação do texto de partida, os quais a Dra. Ana Saldanha também corrigia na fase de revisão. No exemplo apresentado, podemos observar inicialmente a substituição da palavra *aspect* (opção minha) pela palavra *component* (opção da Dra. Ana Saldanha). Ao compararmos as duas opções, verificamos que a palavra *component* se aproxima mais do significado do vocábulo *vertente* presente no TP, justificando-se assim a correção da Dra. Ana Saldanha. Mais à frente, no primeiro parágrafo, existe uma alteração da estrutura frásica, sendo que a frase que estava na forma ativa no TP é transformada para a forma passiva no TC, por motivos de fluidez textual. Simultaneamente, a Dra. Ana Saldanha alterou a forma verbal que estava no presente do indicativo para o futuro do indicativo, correção que não influenciou o sentido do texto e foi possível tendo em conta as circunstâncias em que a notícia foi publicada (no dia anterior ao evento).

Na fase de controlo de qualidade, a Dra. Joana Gaspar analisava as traduções já revistas de um modo mais objetivo, focando-se na exatidão da informação presente nas mesmas e na forma como tornar essa informação facilmente compreensível. A primeira correção realizada pela Dra. Joana Gaspar, no exemplo anterior, encontra-se no título. Ao descartar a minha opção (*Trade aspect*) e a opção da revisora (*Trade component*), a Dra. Joana Gaspar utilizou apenas o vocábulo *trade*, não afetando o significado do título e seguindo uma abordagem mais prática, que se encontra igualmente em várias publicações de organizações internacionais. Ainda no sentido de tornar o texto mais acessível, destaca-se a substituição das preposições *concerning* e *regarding* por *on*, geralmente utilizada num discurso mais coloquial, bem como a substituição de *points of view* por

views. No primeiro parágrafo, a Dra. Joana Gaspar optou por uma estrutura frásica semelhante à do TP, tendo, contudo, mantido a alteração da forma verbal realizada pela Dra. Ana Saldanha. Deve também salientar-se a omissão da locução adverbial *a partir de Bruxelas*, no primeiro parágrafo, elemento que a Dra. Joana Gaspar presumivelmente assumiu como dispensável pelo facto do país, cujo fuso horário é utilizado para estabelecer a hora da conferência de imprensa, ser mencionado no fim do texto.

As correções realizadas pela Dra. Ana Saldanha e pela Dra. Joana Gaspar durante o processo de revisão e o processo de controlo de qualidade funcionaram como linhas de orientação para a minha prática tradutória no IDI. De igual modo, permitiram-me estabelecer objetivos que procurei alcançar em todas as traduções produzidas ao longo do período de estágio, para evitar a repetição de lapsos que já tinham sido corrigidos pelas mesmas: elaborar textos com uma linguagem simples, onde a informação do texto de partida fosse transmitida corretamente, de forma clara e objetiva, mantendo um registo semiformal, adequado ao contexto institucional onde me inseria e onde eram produzidos os textos de partida. Procurei ainda assegurar a coerência e uniformidade entre as traduções elaboradas, atendendo a que essa foi uma das condições requeridas durante o estágio.

O processo de tradução anteriormente descrito não foi aplicado nas traduções dos comunicados governamentais nem na legendagem do vídeo. Pelo facto de terem decorrido de pedidos urgentes, foram seguidos, nestas circunstâncias, processos de tradução mais simples.

No caso dos comunicados governamentais, os textos presentes nos ficheiros PDF que me enviaram para tradução foram copiados para ficheiros Word e, de seguida, traduzidos através do *Wordfast Anywhere*. As suas traduções foram descarregadas da plataforma sob ficheiros Word, que enviei posteriormente ao Dr. Rui Camacho Duarte, o orientador de estágio que me estava a acompanhar durante o surgimento de ambas estas tarefas. Não houve a intervenção da Dra. Ana Saldanha, não tendo ocorrido, consequentemente, a fase de revisão, mas apenas a fase de controlo de qualidade.

A legendagem do vídeo implicou a utilização de um programa de edição de vídeo, denominado de *Movavi*, cuja utilização para a elaboração e colocação de legendas é muito simples e prática. A tradução começou por ser escrita num ficheiro Word que foi enviado, via e-mail, à Dra. Margaria Lages. Juntamente com a Dra. Raquel Duque, a Dra.

Margarida Lages verificou o texto traduzido e ambas me contactaram a indicar as alterações que deveriam ser feitas no mesmo, bem como a pedir a inserção das legendas. Assim que finalizei a legendagem do vídeo, enviei-o diretamente à Dra. Margarida Lages e à Dra. Raquel Duque.

4.3. Ferramentas e metodologias utilizadas para assegurar a qualidade das traduções

I. Wordfast Anywhere

Wordfast Anywhere foi a *CAT tool* utilizada para a execução das tarefas, tendo contribuído para um fluxo de trabalho mais produtivo e para uma prática tradutória estruturada e organizada. Para além de ter permitido a conciliação e a gestão de outras ferramentas e metodologias, tais como o glossário do MNE e a verificação gramatical, esta plataforma salvaguardou uma tradução completa dos textos de partida, preservando a integridade do conteúdo dos mesmos, bem como a sua formatação original. Apesar de o *Wordfast Anywhere* não ter a capacidade de armazenar um elevado número de traduções, como referi na secção anterior, o mesmo tornou possível dar prioridade às traduções das notícias e dos comunicados de imprensa, deixando a tradução de outros tipos de texto pendentes.

II. Glossário do MNE

No início do estágio, foi-me disponibilizado o glossário do MNE, que contem um considerável número de termos relativos a órgãos portugueses e internacionais, acordos internacionais e outras temáticas diplomáticas, bem como expressões frequentemente utilizadas nos textos traduzidos. Simultaneamente, foi-me solicitado que, ao longo do estágio, adicionasse termos a este glossário, provenientes das traduções realizadas. Na seguinte tabela, encontram-se alguns exemplos de termos que o integram:

Termos de origem	Tradução
Acordo de Comércio Livre	Free Trade Agreement
Adidos	Attachés
Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal	AICEP Portugal Global

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	Camões - Institute for Cooperation and Language, I.P.
Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Charter of Fundamental Rights of the European Union
Comissão Bilateral Permanente entre Portugal e os Estados Unidos da América	Portugal-US Standing Bilateral Commission
Câmara Portuguesa de São Paulo	Portuguese Chamber of Commerce in São Paulo
condena veemente	strongly condemns

Tabela 6 - Termos retirados do glossário do MNE

Seguem-se três exemplos que ilustram o modo como utilizei alguns dos termos do glossário, com destaque dos mesmos. Nestes exemplos, apresento os textos de partida e as respetivas traduções, sendo que as traduções foram realizadas por mim e não constituem os textos de chegada, pois ainda não passaram pelas fases de revisão e controlo de qualidade. Nos dois primeiros casos, verifica-se a utilização dos termos do glossário com ligeiras adaptações às particularidades dos textos de partida. No último caso, observa-se a aplicação direta do termo que utilizei:

Termo utilizado	Texto de Partida
Adidos (português) – Attachés (Inglês)	Tomada de posse dos <u>Adidos de Embaixada</u> admitidos no Concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática [...] (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/tomada-de-posse-dos-adidos-de-embaixada)
	Tradução
	The <u>Embassy Attachés</u> selected through the external recruitment process of the diplomatic career for the category of Embassy Attachés [...]

Tabela 7 - Excerto retirado da notícia "Tomada de posse dos Adidos de Embaixada" publicada a 02/02/2021

Termo utilizado	Texto de Partida
Câmara Portuguesa de São Paulo (português) – Portuguese Chamber of Commerce in São Paulo (inglês)	A Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Berta Nunes, intervém no dia 23 de novembro, às 22h, no evento de comemoração do 108º aniversário da <u>Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – São Paulo</u> , através de uma mensagem gravada. (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/berta-nunes-intervem-no-evento-de-comemoracao-do-108-aniversario-da-conselho-camara-portuguesa-de-comercio-no-brasil-sao-paulo)
	Tradução

	On 23rd November, at 22:00, the Secretary of State for Portuguese Communities, Berta Nunes, intervenes through a recorded message in the event which celebrates the 108th anniversary of the <u>Portuguese Chamber of Commerce in Brazil - São Paulo</u> .
--	--

Tabela 8 - Excerto retirado da notícia "Berta Nunes intervém no evento de comemoração do 108º aniversário da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - São Paulo" publicada a 23/11/2020

Termo utilizado	Texto de Partida
condena veemente (português) – strongly condemns (inglês)	O Governo português expressa profundas condolências pela morte ontem de três soldados franceses no Mali atingidos por um engenho explosivo.
	O Governo português manifesta total solidariedade ao Governo da França, em reconhecimento do papel essencial do seu contributo para a estabilização do Mali e da região do Sahel.
	O Governo português <u>condena veementemente</u> qualquer ato terrorista e reitera o seu apoio aos esforços internacionais de combate ao terrorismo. (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/o-governo-portugues-expressa-profundas-condolencias-pela-morte-ontem-de-tres-soldados-franceses-no-mali-atingidos-por-um-engenho-explosivo)
	Tradução
	The Portuguese Government expresses its deepest condolences for the death of three French soldiers hit by an explosive device yesterday in Mali.
	The Portuguese Government declares total solidarity with the French Government, in recognition of its contribution's crucial role in the stabilisation of Mali and the Sahel region.
	The Portuguese Government <u>strongly condemns</u> any terrorist act and reaffirms its support for the international efforts against terrorism.

Tabela 9 - Comunicado de imprensa "O Governo português expressa profundas condolências pela morte de três soldados franceses no Mali atingidos por um engenho explosivo" publicado a 29/12/2020

Entre os vários termos que adicionei ao glossário do MNE, posso destacar primeiramente o termo *Trio de Presidências*. Desde o início do estágio, surgiram vários textos de partida que abordavam temas relacionados com o Trio de Presidências do Conselho da UE, atendendo a que o Trio de Presidências constituído pelas presidências de Portugal, Alemanha e Eslovénia entrou em vigor a 1 de janeiro de 2021. Consequentemente, o termo *Trio de Presidências* foi um dos primeiros adicionados ao

glossário do MNE, juntamente com a sua tradução, *Presidency Trio*. Relativamente ainda a este termo, fui instruída pelo Dr. Rui Camacho para utilizar sempre ambos os seus vocábulos com letra maiúscula, forma que preservei no glossário.

De seguida, fornecem-se dois exemplos que também ofereceram a oportunidade de adicionar termos ao glossário do MNE. Ao contrário dos últimos, nestes casos apresento os textos de chegada do processo tradutório, pois os novos termos apenas eram adicionados ao glossário após terem passado pelas fases de revisão e de controlo de qualidade, durante as quais podiam ser eventualmente corrigidos:

Texto de Partida	Termo adicionado
[...] exemplo pioneiro da Carta de Lei que, em 1867, abolira a pena capital para crimes civis, e garantia-se a mais forte proteção do direito humano à vida [...] (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/dia-europeu-e-mundial-contra-a-pena-de-morte)	Carta de Lei (português)
Texto de Chegada	–
[..] pioneering example of the Charter of Law, that, in 1867, had abolished the capital punishment for civil crimes, and guaranteed the strongest protection of the human right to life [...]	Charter of Law (inglês)

Tabela 10 - Excerto retirado da notícia "Dia Europeu e Mundial contra a Pena de Morte" publicada a 10/10/2020

Texto de Partida	Termo adicionado
A Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC) reuniu-se no dia 30 de setembro, por videoconferência, sob presidência portuguesa. (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/reuniao-comissao-para-a-aplicacao-e-o-desenvolvimento-da-convencao-sobre-a-cooperacao-para-a-protecao-e-o-aproveitamento-sustentavel-das-aguas-das-bacias-hidrograficas-luso-espanholas-sob-presidencia-portuguesa)	Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (português)
Texto de Chegada	–
The Commission for the Application and Development of the Convention on Cooperation for the Protection and Sustainable Use of Waters in Portuguese-Spanish River Basins (CADC) met on the 30th of September, by videoconference, under the Portuguese Presidency.	Commission for the Application and Development of the Convention on Cooperation for the Protection and Sustainable Use of Waters in Portuguese-Spanish River Basins (inglês)

No exemplo 10, tinha traduzido inicialmente *Carta de Lei* por *Letter of Law*, tendo a minha tradução sido corrigida para *Charter of Law*, pelo Dr. Rui Camacho, durante o processo de controlo de qualidade. No exemplo 11, tinha traduzido o termo em questão por *Committee for the Application and Development of the Convention on the Cooperation for the Protection and Sustainable Use of Water in Luso-Spanish Hydrographic Basins*, tendo o mesmo sido também corrigido na última fase do processo tradutório para a forma que se observa no exemplo.

III. Ferramentas de verificação gramatical

Desde cedo, estabeleceu-se que era fundamental enviar as traduções sem erros de natureza gramatical. Por sugestão do Dr. Rui Camacho Duarte, uma das plataformas utilizadas para a deteção de erros gramaticais foi o *Grammarly*, cuja versão gratuita é acedida através da criação de uma conta. Para além de verificar erros gramaticais, esta plataforma fornece também comentários acerca do grau de fluidez e percetibilidade dos textos. Sendo de origem americana, a plataforma identifica os erros com base na variante americana da língua inglesa. Contudo, as traduções tiveram como língua de chegada a variante britânica da língua inglesa, pelo que eram ignorados os erros ortográficos que o *Grammarly* apontava com base na variante americana. Enquanto que o *Grammarly* foi utilizado para textos mais extensos, para textos mais curtos utilizei o verificador ortográfico do *Wordfast Anywhere*, que identifica erros com base na língua de chegada definida pelo utilizador, mas não fornece qualquer indicação relativamente à qualidade do texto. Em ambos os casos, o principal objetivo era entregar as traduções sem erros ortográficos, sintáticos, de pontuação, entre outros, de modo a simplificar as fases de revisão e controlo de qualidade. A presente metodologia solucionou a necessidade de prevenir esses erros, atendendo a que, com a sua utilização, não surgiram erros de natureza gramatical nas traduções enviadas. Para além de ter um impacto positivo na qualidade das traduções, esta prática permitiu economizar tempo nas fases de revisão e de controlo de qualidade, uma vez que a Dra. Ana Saldanha e os meus orientadores de estágio podiam assim focar-se noutros aspetos da tradução.

IV. Base de ficheiros – consulta de traduções antigas

Ao longo do período de estágio, fui criando ficheiros correspondentes às traduções realizadas, com os textos provenientes das diferentes fases do processo tradutório — o texto de partida, a tradução, a tradução revista e o texto de chegada. Foi-me solicitado, pela Dra. Joana Gaspar, que tivesse sempre em atenção o TC de cada tradução, para que existisse coerência terminológica entre todas as traduções publicadas. Estes ficheiros permitiram-me assegurar essa condição, pois através dos mesmos eu extraía novos termos para adicionar ao glossário do MNE. De igual modo, nestes ficheiros eu podia observar a forma como tinham sido solucionados outros problemas de carácter linguístico, nas traduções antigas, e aplicar essas soluções em novas traduções, contribuindo esta estratégia para o fator da *padronização*, característico do contexto institucional. Uma vantagem fundamental desta metodologia foi o facto de possibilitar o armazenamento de informações importantes para as traduções futuras, uma vez que os temas abordados nos textos do Portal Diplomático eram recorrentes e, por vezes, a contextualização dos mesmos, através de traduções antigas, era necessária. Esta base de ficheiros, com o processo tradutório de cada tradução, permitiu-me ainda estudar os aspetos que eram corrigidos durante as fases de revisão e controlo de qualidade e ter os mesmos em consideração na tradução de novos textos. Os ficheiros eram armazenados numa pasta que estava dividida por várias categorias: *notícias*, *comunicados de imprensa*, *páginas do Portal Diplomático*, *comunicados governamentais* e *legendagem*. A iniciativa de desenvolver esta base de ficheiros foi tomada autonomamente, pelo que nenhuma das pessoas que me acompanhou durante o estágio teve influência nesta metodologia. O que motivou a sua criação foi a procura por soluções que me permitissem compreender os aspetos que deveria melhorar e corrigir na minha prática tradutória, assegurar a uniformidade terminológica e linguística entre as traduções e reunir informações que fossem importantes. Para ilustrar de que modo esta base de ficheiros mais contribuiu para a tradução, apresento seguidamente três casos, cujos exemplos incluem o texto de partida e o texto de chegada ou a tradução:

Caso I

Texto de Partida
Coincidindo com o Dia Internacional das Mulheres, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH) organiza no próximo dia 8 de março, às 11h, a sexta sessão do ciclo de

conferências digitais “Conversas em Tempo de Pandemia”, sobre o tema “O impacto socioeconómico da COVID-19 na igualdade de género”.

Serão oradoras-convidadas a Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, a Diretora do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Mónica Ferro, a Representante no Comité GREVIO do Conselho da Europa, Helena Leitão, a Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG – ISCSP), Anália Torres, e a Secretária-Geral da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, Ana Sofia Fernandes. A videoconferência será moderada pelo Diretor adjunto da TSF, Ricardo Alexandre. [...]

(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/comissao-nacional-para-os-direitos-humanos-retoma-o-ciclo-de-videoconferencias-sobre-direitos-humanos-e-covid-19>)

Texto de Chegada

Coinciding with the International Women's Day, the National Commission for Human Rights (NCHR) organises, on the 8th of March, at 11:00, the sixth session of the online cycle "Conversations in Times of Pandemic", dedicated to "The socioeconomic impact of COVID-19 on gender equality".

The Minister of State and Presidency, Mariana Vieira da Silva, the Director of the United Nations Population Fund (UNFPA), Mónica Ferro, the Representative in the Council of Europe's GREVIO Committee, Helena Leitão, the Coordinator of the Interdisciplinary Centre for Gender Studies (CIEG – ISCSP), Anália Torres, and the General Secretary of the Portuguese Platform for Women's Rights, Ana Sofia Fernandes, will participate in the session as guest speakers. The video conference will be moderated by Ricardo Alexandre, Deputy Director of TSF. [...]

(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/en/communication-and-media/news/national-commission-for-human-rights-resumes-online-cycle-on-human-rights-and-covid-19>)

Tabela 12 - Excerto retirado da notícia "Comissão Nacional para os Direitos Humanos retoma o ciclo de videoconferências sobre Direitos Humanos e COVID-19" publicada a 04/03/2021.

Texto de Partida

[...] Teve hoje lugar a 6ª sessão do ciclo de conferências “Conversas em Tempo de Pandemia” dedicado ao tema “O impacto socioeconómico da COVID-19 na igualdade de género”.

Esta sessão foi apresentada pelo Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, Francisco André, igualmente Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, e teve como oradoras convidadas a Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e a Diretora do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Mónica Ferro. Foram ainda oradoras a Representante no GREVIO do Conselho da Europa, Helena Leitão, a Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG – ISCSP), Anália Torres, e a Secretária-Geral da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, Ana Sofia Fernandes. [...]

(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/6-sessao-do-ciclo-de-conferencias-conversas-em-tempo-de-pandemia-dedicado-ao-tema-o-impacto-socioeconomico-da-covid-19-na-igualdade-de-genero>)

Tradução

The 6th session of the conference cycle "Conversations in Times of a Pandemic", dedicated to the theme "The socioeconomic impact of COVID-19 on gender equality", was held today.

This session was presented by Francisco André, President of the National Commission for Human Rights, as well as Secretary of State of Foreign Affairs and Cooperation, and included the participation of the Minister of State and Presidency, Mariana Vieira da Silva, and the Director of the United Nations Population Fund (UNFPA), Mónica Ferro, as guest speakers. The Representative in the Council of Europe's GREVIO Committee, Helena Leitão, the Coordinator of the Interdisciplinary Centre for Gender Studies (CIEG – ISCSP), Anália Torres, and the General Secretary of the Portuguese Platform for Women's Rights, Ana Sofia Fernandes, also intervened in the session. [...]

Tabela 13 - Exc. retirado da notícia "6ª sessão do ciclo de conferências "Conversas em Tempo de Pandemia" dedicado ao tema "O impacto socioeconómico da COVID-19 na igualdade de género"" publicada a 08/03/2021

Ambos os textos de partida dos exemplos anteriores abordam o mesmo assunto – a 6ª sessão do ciclo de conferências *Conversas em Tempo de Pandemia*. Neste caso, o primeiro texto a ser traduzido serviu para armazenar informações acerca do evento em questão, tais como o título que lhe tinha sido atribuído e a identificação dos oradores que nele participaram, cujas designações dos cargos tive de pesquisar em fontes oficiais das organizações a que os mesmos pertencem. Não se revelou vantajoso adicionar esses termos ao glossário do MNE, porque os mesmos não surgiram recorrentemente nos textos de partida, tendo sido referidos apenas nestes dois textos.

Caso II

Texto de Partida
Voto no estrangeiro para eleição do Presidente da República 12 janeiro 2021 i) Voto antecipado dias 12 a 14 de janeiro O voto antecipado no estrangeiro para a eleição do Presidente da República aplica-se aos cidadãos recenseados em território nacional mas deslocados temporariamente no estrangeiro, nos termos definidos pelo artigo 70.º-B, da Lei Eleitoral do Presidente da República, e poderá ser exercido entre os dias 12 e 14 de janeiro de 2021, desde que aqueles cidadãos se encontrem nas seguintes condições: a) Quando deslocados no estrangeiro, por inerência do exercício de funções públicas; b) Quando deslocados no estrangeiro, por inerência do exercício de funções privadas;

- c) Quando deslocados no estrangeiro em representação oficial de seleção nacional, organizada por federação desportiva dotada de estatuto de utilidade pública desportiva;
- d) Enquanto estudantes, investigadores, docentes e bolseiros de investigação deslocados no estrangeiro em instituições de ensino superior, unidades de investigação ou equiparadas reconhecidas pelo ministério competente;
- e) Doentes em tratamento no estrangeiro;
- f) Que vivam ou que acompanhem os eleitores mencionados nas alíneas anteriores.

A votação decorre nos Postos Consulares definidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e que estão publicitados no sítio da Comissão Nacional de Eleições (CNE), em:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pr-2021_va-estrangeiro_locais-funcionamento-09-01-2021.pdf

A CNE disponibiliza um folheto informativo sobre voto antecipado no estrangeiro:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/eleicoes/2021_pr/folhetos_informativos/2021_pr_folheto-VA-estrangeiro.pdf

Foi igualmente emitida a 24 de novembro de 2020 uma deliberação sobre este assunto:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pr2021-exercicio-voto-antecipado-estrangeiro_deliberacao.pdf

Para o voto antecipado no estrangeiro os cidadãos devem dirigir-se às embaixadas ou consulados previamente definidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, identificar-se mediante a apresentação do seu documento de identificação civil e indicar as respetivas freguesias de inscrição no recenseamento. Não é necessária qualquer inscrição prévia. Depois de votar, é-lhes entregue um comprovativo do exercício do direito de voto.

- ii) Votação dias 23 e 24 de janeiro

Recorda-se que o direito de voto é exercido presencialmente e diretamente pelos eleitores, nos termos da Lei Eleitoral do Presidente da República e da Constituição da República Portuguesa.

No estrangeiro a eleição decorre nos dias 23 e 24 de janeiro, podendo votar os cidadãos portugueses que residem fora de Portugal e que estão recenseados na Comissão Recenseadora (CR) da sua área de residência (correspondente à morada constante do Cartão de Cidadão).

Esta eleição no estrangeiro terá 171 mesas de voto em 150 serviços consulares, número que representa um aumento de 30% relativamente ao número de mesas de voto constituídas em 2016 (121). A lista está disponível em:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pr2021_locais_de_voto_no_estrangeiro-corepe-atualizado11-01-2021.pdf

A CNE disponibiliza o Caderno de Esclarecimentos – Dias da votação dos eleitores recenseados no estrangeiro, dirigido aos membros das mesas das assembleias de voto, às comissões recenseadoras e aos delegados das candidaturas:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2021_pr_cademo_esclarecimentos_dias_eleicao_estrangeiro.pdf

Lisboa, 12 de janeiro de 2021

(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/voto-no-estrangeiro-para-eleicao-do-presidente-da-republica>)

Texto de Chegada

Voting from abroad for the Portuguese Presidential Election

12 January 2021

- i) Early voting from 12th to 14th January

The early voting from abroad for the Portuguese Presidential Election applies, according to Article No. 70-B of the Electoral Law of the President of the Republic, to the citizens registered in national territory but temporarily residing abroad, and may be exercised between the 12th and the 14th January 2021, as long as those citizens are in one of the following situations:

- a) Residing abroad due to the exercise of public functions;
- b) Residing abroad due to the exercise of private functions;
- c) Residing abroad officially representing a national team, organised by a sports federation endowed with a sport's public utility status;
- d) As students, researchers, teachers, and research fellows residing abroad in higher education institutions, research units, or equivalent recognised by the competent ministry;
- e) Patients receiving treatment abroad;
- f) Living or accompanying the voters mentioned in the previous points.

The voting takes place at the Consular Posts defined by the Ministry of Foreign Affairs, which are indicated on the National Election Commission's website (CNE), through the following link:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pr-2021_va-estrangeiro_locais-funcionamento-09-01-2021.pdf

The CNE makes available an information sheet regarding the early voting from abroad:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/eleicoes/2021_pr/folhetos_informativos/2021_pr_folhet_o-VA-estrangeiro.pdf

A resolution concerning this matter was also issued on the 24th November 2020:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pr2021-exercicio-voto-antecipado-estrangeiro_deliberacao.pdf

Towards the early voting from abroad, the citizens must go to the embassies or consulates previously defined by the Ministry of Foreign Affairs, identify themselves by presenting their civil identification cards, and indicate the respective registration areas at the electoral census. No previous registration is necessary. After voting, you will receive a proof that you have exercised your voting right.

- ii) Voting between the 23rd and the 24th January

According to the Electoral Law of the President of the Republic and the Constitution of the Portuguese Republic it shall be reminded that the voting right is exercised in person and directly by the voters.

Abroad, the election takes place on the 23rd and the 24th January, allowing the Portuguese citizens who reside outside Portugal, and are registered in the Census Commission (CR) of their residence area (corresponding to the address indicated in the Citizen Card), to vote.

This election abroad will have 171 polling stations spread throughout 150 consular services, a number which represents an increase of 30% when compared to the number of polling stations established in 2016 (121). The list is available in the following link:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/pr2021_locais_de_voto_no_estrangeiro-corepe-atualizado11-01-2021.pdf

The Caderno de Esclarecimentos – Dias da votação dos eleitores recenseados no estrangeiro, aimed at the members of the polling stations, the census commissions, and the applications' delegates, is made available by the CNE:

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2021_pr_cademo_esclarecimentos_dias_eleicao_estrangeiro.pdf

Lisbon, 12th January 2021

(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/en/communication-and-media/press-releases/voting-from-abroad-for-the-portuguese-presidential-election-2>)

Tabela 14 - Comunicado de imprensa "Voto no estrangeiro para a eleição do Presidente da República" publicado a 12/01/2021

Texto de Partida

Comunicado conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Administração Interna

26 janeiro 2021

Duplica o número de votos no estrangeiro para a eleição do Presidente da República

O número de votos no estrangeiro para a eleição do Presidente da República duplicou face à última eleição presidencial. Os dados provisórios apontam para 27.615 votos em relação aos 14.150 de 2016. Este aumento, a confirmar-se uma vez concluído o escrutínio provisório, ainda pendente em três postos consulares, verifica-se também em relação ao número de votantes na eleição para o Parlamento Europeu em 2019, que registou 13.816.

Os votantes no estrangeiro correspondem a cidadãos nacionais que, residindo fora de Portugal e estando recenseados na Comissão Recenseadora da sua área de residência (correspondente à morada constante do Cartão de Cidadão), votaram nos dias 23 e 24 de janeiro em 164 secções de voto em cerca de 145 serviços consulares da rede externa portuguesa.

O número de locais de voto, o mais elevado de que há registo e para onde foram enviadas 15 toneladas de material eleitoral, bem como o número de secções de voto, representa um aumento de cerca de 30% face à eleição presidencial de 2016.

Assinala-se ainda neste ato eleitoral o uso, pela primeira vez, de cadernos eleitorais desmaterializados disponibilizados aos consulados pela plataforma da Administração Eleitoral da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna.

Os postos consulares onde se registou um maior número de votantes foram, por ordem decrescente, Londres, Luxemburgo, Paris e Macau. Em termos globais, por país, a Suíça foi o país onde se registou o maior número de votantes. Seguiram-se o Brasil, a França e o Reino Unido.

Recorda-se que, na votação antecipada no estrangeiro, que decorreu entre os dias 12 e 14 de janeiro, votaram, em 117 postos consulares, 5.429 cidadãos nacionais, o que corresponde ao maior número de que há registo. O voto antecipado é dirigido aos eleitores recenseados em território nacional e temporariamente deslocados no estrangeiro.

Lisboa, 26 de janeiro de 2021

<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/comunicado-conjunto-do-ministerio-dos-negocios-estrangeiros-e-do-ministerio-da-administracao-interna>

Tradução

Joint statement by the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Internal Affairs

26th January 2021

The number of votes from abroad in the presidential election duplicates.

The number of votes from abroad in the Presidential Election has duplicated when compared to the last presidential election. The provisional data point to 27.615 votes, whereas in 2016 were recorded 14.150 votes. Although it is still pending in three consular posts, the provisional vote counting will certainly confirm this increase, which is also verified when compared to the number of voters in the election towards the European Parliament in 2019, which recorded 13.816 votes.

As national citizens who reside outside Portugal and are registered in the Census Commission of their residence area (corresponding to the address indicated in the Citizen Card), the voters from abroad voted on the 23rd and the 24th January, throughout 164 polling stations, in approximately 145 consular services of the Portuguese external network.

The number of voting sites, which was the highest ever recorded and to where were sent 15 tonnes of electoral material, as well as the number of polling stations, represent an increase of 30% when compared to the 2016 presidential election.

This electoral act also marks the use, for the first time, of dematerialised electoral rolls, made available to the consulates by the Electoral Administration platform of the Ministry of Internal Affairs' General Secretariat.

The consular posts which recorded a higher number of voters, were London, Luxembourg, Paris, and Macau, in descending order. The country, which recorded the highest number of voters, overall, was Switzerland, followed by Brazil, France, and the United Kingdom.

It shall be reminded that, during the early voting from abroad, which took place between the 12th and the 14th January, the voting right was exercised throughout 117 consular posts by 5.429 national citizens, which corresponds to the highest number ever recorded. The early voting is addressed to the voters registered in national territory and temporarily residing abroad.

Lisbon, 26th January 2021

Tabela 15 - Comunicado de imprensa "Comunicado conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Administração Interna" publicado a 12/01/2021

Ambos os exemplos apresentados neste caso se referem à votação para a eleição do Presidente da República no estrangeiro, que decorreu em janeiro. O primeiro exemplo anuncia os prazos para as votações antecipada e geral, bem como as condições que devem reunir os cidadãos portugueses no sentido de exercerem o seu direito de voto no respetivo período de tempo. O segundo exemplo, por sua vez, é constituído por um comunicado dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna que visa divulgar o sucesso alcançado este ano relativamente a essa mesma votação. Para me familiarizar com o tema abordado e entender o contexto em que foi publicado o comunicado de imprensa do segundo exemplo, consulte a tradução do primeiro. Para além disso, apesar de o glossário do MNE integrar a terminologia presente em ambos os textos de partida,

ao analisar a tradução anterior pude observar o modo como essa terminologia foi especificamente aplicada.

Caso III

Texto de Partida
Abertura do concurso de apoio ao movimento associativo da Diáspora 17 setembro 2020 O Ministério dos Negócios Estrangeiros informa que o concurso de apoio ao movimento associativo das comunidades portuguesas decorrerá entre 1 de outubro e 31 de dezembro de 2020. Este apoio, atribuído pela Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), é dirigido a associações e federações das comunidades portuguesas, bem como a outras pessoas coletivas, nacionais ou estrangeiras, legalmente constituídas há mais de um ano, sem fins lucrativos ou partidários, que visem o benefício sociocultural da Diáspora e estejam credenciadas na DGACCP. O apoio a conceder terá o limite máximo de 80% ou de 50% do valor considerado elegível do orçamento apresentado, consoante as entidades tenham sede no estrangeiro ou em Portugal. Consideram-se prioritárias as ações do movimento associativo que privilegiem a promoção da língua e da cultura portuguesas, os jovens, a inclusão social, a capacitação e a valorização profissional, a participação cívica e política, o combate à xenofobia e o diálogo com as micro e pequenas empresas dos portugueses residentes no estrangeiro que queiram investir em Portugal. As candidaturas terão de ser apresentadas exclusivamente junto do posto consular ou da secção consular da embaixada territorialmente competente, para os quais devem igualmente ser remetidas eventuais dúvidas. É obrigatório o uso do formulário de candidatura, aprovado pela Portaria n.º 305/2017, de 17 de outubro, disponível no Portal das Comunidades (https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/apoios/area-cultural-e-movimento-associativo/atribuicao-de-apoios-pela-dgaccp). Lisboa, 17 de setembro de 2020 (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/abertura-do-concurso-de-apoio-ao-movimento-associativo-da-diaspora)
Texto de Chegada
Opening of the contest to support the Diaspora associative movement 17 September 2020 The Ministry for Foreign Affairs informs that the contest to support the Portuguese communities' associative movement will occur between October 1 and December 31, 2020.

This support, provided by the Directorate General for Consular Affairs and Portuguese Communities (DGACCP), is granted to associations and federations of the Portuguese communities, as well as other non-profit and non-partisan corporations, national or foreign, legally established for over a year, which aim at benefiting socio-culturally the Diaspora and are accredited in DGACCP.

The monetary support granted will have a maximum limit of 80% or 50% of the budget submitted's amount considered eligible, depending on whether the entities are based in Portugal or abroad. The associative movement actions which promote the Portuguese language and culture, youth, social integration, professional qualification and valorisation, civic and political participation, the combat of xenophobia, and the discussion with micro and small enterprises of Portuguese living abroad who want to invest in Portugal are prioritised.

The applications must be submitted exclusively to the consular post or the consular section of the territorially competent embassy, to which must be equally sent clarification requests. The use of the application form, approved by Ordinance No. 305/2017, October 17, is available at Portal das Comunidades ([https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/apoios/area-cultural-and-associative-movement / support-attribution-by-dgaccp](https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/apoios/area-cultural-and-associative-movement/support-attribution-by-dgaccp)).

Lisbon, September 17, 2020

(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/en/communication-and-media/press-releases/opening-of-the-contest-to-support-the-diaspora-associative-movement>)

Tabela 16 - Comunicado de imprensa "Abertura do concurso de apoio ao movimento associativo da Diáspora" publicado a 17/09/2020

Texto de Partida
Governo atribui apoios superiores a 700 mil euros ao movimento associativo das comunidades portuguesas
18 março 2021
O concurso anual de apoio ao movimento associativo das comunidades portuguesas, atribuído pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) distribuirá, em 2021, o montante mais elevado desde 2018, no âmbito do novo enquadramento legislativo estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 124/2017, de 27 de setembro. A atribuição destes apoios é feita por concurso público, com base na avaliação de candidaturas. A proposta de distribuição da dotação orçamental é da responsabilidade da DGACCP.
Segundo dados ainda preliminares, mais de 700 mil euros serão distribuídos por 101 candidaturas propostas por 65 associações de 17 países. As candidaturas decorreram entre 1 de outubro e 31 de dezembro de 2020.

A Venezuela é o país a cujas associações se prevê atribuir o maior montante em termos globais, de cerca de 190 mil euros. Segue-se França, com 149 mil euros, que tem o maior número de associações admitidas a avaliação.

A proposta de distribuição da dotação orçamental disponível para o concurso de 2021 está publicada no Portal das Comunidades.

Nos termos do Código de Procedimento Administrativo, decorrem prazos para apresentação de reclamações. A lista final da distribuição da dotação orçamental disponível será divulgada no Portal das Comunidades até 15 de maio 2021.

Este apoio é dirigido a associações e federações das comunidades portuguesas, bem como a outras pessoas coletivas, nacionais ou estrangeiras, legalmente constituídas há mais de um ano, sem fins lucrativos ou partidários, que visem o benefício sociocultural da Diáspora e estejam credenciadas na DGACCP. O número de associações credenciadas aumentou 43% face a 2020. Atualmente, contam-se 96 associações com sede em 20 países, incluindo Portugal.

Neste concurso, que decorre anualmente, consideram-se prioritárias as ações do movimento associativo que privilegiem a promoção da língua e da cultura portuguesas, os jovens, a inclusão social, a capacitação e a valorização profissional, a participação cívica e política, o combate à xenofobia e o diálogo com as micro e pequenas empresas dos portugueses residentes no estrangeiro que queiram investir em Portugal.

Recorda-se que em 2018 foi atribuído um apoio de 305 mil euros a 61 candidaturas. Em 2019 foram apoiadas 92 candidaturas com 588 mil euros e, em 2020, 79 candidaturas com 503 mil euros.

Lisboa, 18 de março de 2021

<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/governo-atribui-apoios-superiores-a-700-mil-euros-ao-movimento-associativo-das-comunidades-portuguesas>

Tradução

The Government grants financial support of more than EUR 700 thousand to the Portuguese communities' associative movement

18 March 2021

The annual contest of support to the Portuguese communities' associative movement, granted by the Ministry of Foreign Affairs, through the Directorate-General for Consular Affairs and Portuguese Communities (DGACCP), will distribute, in 2021, the highest amount since 2018, within the scope of the new legislative framework, established by the Decree-Law No. 124/2017, of the 27th of September. This support grant is carried out through public contest, based on the applications' evaluation. The budget allocation's proposal of distribution is the responsibility of the DGACCP.

According to preliminary data, more than EUR 700 thousand will be distributed among 101 applications, which were submitted by 65 associations of 17 countries. The applications were open between the 1st of October and the 31st of December 2020.

Overall, Venezuela is the country whose associations are expected to receive the highest amount of approximately EUR 190 thousand, followed by France, with EUR 149 thousand, which contains the largest number of associations accepted for evaluation.

The budget allocation's proposal of distribution, available for the 2021 contest, is published in Portal das Comunidades.

According to the Code of Administrative Procedure's terms, the deadline for submitting complaints is currently open. The budget allocation's final distribution list will be published in Portal das Comunidades, until the 15th of May 2021.

This support is addressed to associations and federations of the Portuguese communities, as well as other non-profit and non-partisan corporations, national or foreign, legally established for over a year, which aim at benefiting socio-culturally the Diaspora and are accredited in the DGACCP. The number of accredited associations has increased by 43% when compared to 2020. There are currently 96 accredited associations, based in 20 countries, including Portugal.

This yearly contest prioritises the associative movement actions which promote the Portuguese language and culture, the youth, social integration, professional qualification and valorisation, civic and political participation, the fight against xenophobia, and the discussion with the micro and small enterprises of the Portuguese living abroad, who want to invest in Portugal.

It shall be reminded that, in 2018, a financial support of EUR 305 thousand was granted to 61 applications. In 2019, 92 applications were supported with EUR 588 thousand and, in 2020, 79 applications were supported with EUR 503 thousand.

Lisbon, 18 March 2021

Tabela 17 - Comunicado de imprensa "Governo atribui apoios superiores a 700 mil euros ao movimento associativo das comunidades portuguesas" publicado a 18/03/2021

Tal como nos casos anteriores, neste são apresentados dois exemplos cujos textos de partida estão relacionados com o mesmo assunto. Enquanto que o primeiro versa sobre a abertura do concurso de apoio ao movimento associativo das comunidades portuguesas, no segundo é divulgado o resultado desse mesmo concurso relativamente ao ano 2021. A consulta do processo seguido aquando da primeira tradução, nesta situação, foi necessária não só pelas razões mencionadas no caso anterior, mas também porque os dois textos de partida foram publicados com um grande intervalo de tempo, tornando a recontextualização da temática em apreço ainda mais importante para a tradução.

V. Pesquisa de informação e documentos paralelos

A componente terminológica de determinados textos de partida constitui um importante desafio para o tradutor, tornando por vezes a tradução uma prática multidisciplinar de grande complexidade. Dependendo do texto de partida, o tradutor poderá deparar-se com uma menor ou maior carga terminológica, tendo de adaptar as suas estratégias de tradução ao grau dessa componente. Solucionar o desafio terminológico, em alguns casos, implica a familiarização, por parte do tradutor, com a área temática abordada no texto de partida, pois a obtenção de conhecimento num determinado domínio possibilita naturalmente um melhor entendimento da terminologia que lhe está associada. Além disso, permite que o tradutor identifique qual é o registo linguístico habitualmente utilizado nesse mesmo domínio e traduza o texto de partida de modo adequado às suas particularidades.

Como referi anteriormente, muitos dos textos traduzidos durante o meu estágio, principalmente os comunicados de imprensa e as páginas do Portal Diplomático, apresentavam uma forte componente terminológica pertencente à área das relações internacionais e da política externa portuguesa. Pelo facto de possuir apenas um entendimento geral deste ramo, e à medida que novos assuntos e termos foram surgindo nos textos de partida, necessitei de adquirir um conhecimento mais profundo desses mesmos assuntos, bem como de entender o significado específico de alguns termos no âmbito da diplomacia, tendo tido por vezes de estudar não apenas os próprios conceitos, mas também as suas matérias adjacentes.

No sentido de dar resposta à componente terminológica dos textos de partida, realizei vastas pesquisas *online*. No entanto, estabeleci critérios em relação às fontes a consultar, de modo a assegurar a fiabilidade dos termos utilizados nas traduções. No âmbito da execução da política externa portuguesa, o Estado encontra-se envolvido em várias organizações internacionais, participando ativamente nas ações das mesmas, pelo que muitos dos termos presentes nos textos de partida tinham origem no contexto dessas ações. Outros termos que surgiram durante a prática tradutória pertencem exclusivamente ao sistema português e outros provinham ainda do domínio diplomático. No primeiro caso, procurei consultar fontes oficiais de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), por exemplo. No segundo caso, procurei aceder a fontes oficiais portuguesas que já

disponibilizassem tradução dos termos em questão, no sentido de manter a coerência terminológica a nível interno. Para o último caso, utilizei informações disponibilizadas em obras e artigos dedicados a matérias diplomáticas. Habitualmente, a terminologia era extraída de textos que abordassem os temas presentes nos textos de partida das traduções. Esta metodologia não só nos permite adquirir conhecimento acerca da área sobre a qual estamos a traduzir, como também nos “fornece uma maior garantia de integralidade e coerência temáticas” (Sager 132; minha tradução). Abaixo apresento alguns exemplos que ilustram as estratégias de pesquisa anteriormente mencionadas. Em cada um deles começo por citar o texto de partida, onde se encontra sublinhada a terminologia relevante, e, de seguida, identifico as fontes que foram consultadas, explicando o modo como as mesmas contribuíram para a tradução dos termos em destaque. Por fim, apresento a tradução do texto de partida, tendo em consideração as conclusões retiradas da pesquisa terminológica.

Texto de Partida	
O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, participa na sessão de apresentação do Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre o <u>Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares</u>. [...] (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/augusto-santos-silva-na-sessao-de-apresentacao-do-relatorio-do-secretario-geral-da-onu-sobre-o-pacto-global-para-as-migracoes-seguras-ordenadas-e-regulares)	
Fontes Consultadas	
The Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration was approved by the United Nations General Assembly on 19 December 2018 (Resolution A/73/L.66). This Pact is based on 10 guiding principles that promote a people-centred vision, international cooperation, national sovereignty, the State of law, sustainable development, respect for human rights, gender equality, the best interests of children and a holistic approach to migration, involving all levels of government and civil society. [...] The Global Migration Compact also provides for the establishment of an International Forum on Migration Assessment, which should meet every four years, starting in 2022, and serve as the main global platform for sharing and discussing strategies for	Today, there are over 258 million migrants around the world living outside their country of birth. This figure is expected to grow for a number of reasons including population growth, increasing connectivity, trade, rising inequality, demographic imbalances and climate change. [...] In September 2016 the General Assembly decided, through the adoption of the New York Declaration for Refugees and Migrants, to develop a global compact for safe, orderly and regular migration. The process to develop this global compact started in April 2017. The pages in this section detail 18 months of consultation and negotiation, and provide the relevant documentation for each of the events. On 13 July 2018 UN Member States finalized the text

implementing the respective objectives, at local, national, regional and global levels. [...]	for the Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration [...].
(https://dre.pt/documents/10184/3279005/RCM+141_2019_EN.pdf)	(https://refugeesmigrants.un.org/migration-compact)
O excerto transcrito na coluna da direita provém de um documento publicado pelo jornal oficial da República Portuguesa, o <i>Diário da República</i> , relativo ao pacto em apreço, denominando-o de <i>Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration</i> . Apesar de esta ser uma fonte do governo, o título utilizado para referir o pacto foi confirmado através da consulta de um site da ONU, organização responsável pelo seu estabelecimento. Caso não tivesse consultado estas duas fontes, optaria pela palavra <i>pact</i> , no lugar de <i>compact</i> , pelo facto de a primeira ser utilizada mais frequentemente, em comparação com a segunda.	
Tradução	
[...] Augusto Santos Silva, The Minister of State for Foreign Affairs, takes part in the presentation session of the UN Secretary-General's Report on the <u>Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration</u> . [...]	

Tabela 18 - Excerto retirado da notícia "Augusto Santos Silva na sessão de apresentação do Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre o Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares" publicada a 30/11/2020

Texto de Partida	
[...] Com o objetivo de garantir a sua plena eficácia, as medidas restritivas são estabelecidas através de regulamentos da União Europeia*, que gozam de efeito direto e de aplicabilidade direta (artigo 288.º do TFUE). Aplicam-se, por isso, não apenas aos Estados-Membros, mas também <u>a todos os seus nacionais, quer se encontrem dentro ou fora da União, a todas as pessoas coletivas, entidades e organismos registados ou constituídos nos termos da legislação de um Estado-Membro ou que realizem operações comerciais, total ou parcialmente, na União, e a bordo de qualquer aeronave ou navio sob jurisdição de um Estado-Membro</u> . [...] (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/medidas-restritivas)	
Fontes Consultadas	
O presente regulamento é aplicável: a) No território da Comunidade, incluindo o seu espaço aéreo; b) A bordo de qualquer aeronave ou navio sob a jurisdição de um Estado-Membro; c) A todos os nacionais dos Estados-Membros, dentro ou fora do território da Comunidade; d) A todas as pessoas colectivas, entidades ou organismos registados ou constituídos nos termos do direito de um Estado-Membro; e e) A todas as pessoas colectivas, entidades ou organismos que realizem operações comerciais, total ou parcialmente, na Comunidade."	This Regulation shall apply: (a) within the territory of the Community, including its airspace; (b) on board any aircraft or any vessel under the jurisdiction of a Member State; EN 6 EN (c) to any person inside or outside the territory of the Community who is a national of a Member State; (d) to any legal person, entity or body which is incorporated or constituted under the law of a Member State; and (e) to any legal person, entity or body in respect of any business done in whole or in part within the Community."

(https://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0074:FIN:PT:PDF)	(https://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0074:FIN:EN:PDF)
Atendendo ao facto de o excerto acima apresentado pertencer à página do Portal Diplomático relativa às medidas restritivas impostas pela UE, consulte um documento da União Europeia sobre a aplicação de medidas restritivas ao Iraque. O mesmo documento foi consultado nas versões portuguesa e inglesa, de modo a que eu pudesse observar a tradução realizada pelo núcleo de tradução da UE. Tendo em consideração que a informação presente no texto de partida (em português) é exatamente igual àquela que consta na versão portuguesa do documento da UE, optei por transcrever na tradução a informação correspondente em inglês, que se encontra na versão inglesa do mesmo documento.	
Tradução	
[...] To ensure its full effectiveness, the restrictive measures are established through European Union regulations*, which are directly effective and directly applicable (article No. 288 of the TFEU). The measures thus apply not only to the Member-States, but also to <u>all their nationals, whether those are inside or outside the Union, to all legal persons, entities and bodies incorporated or constituted under the law of a Member-State, in respect of any business done in whole or in part within the Union, and on board of any aircraft or vessel under the jurisdiction of a Member-State.</u> [...]	

Tabela 19 - Excerto retirado da página "Medidas Restritivas"

Texto de Partida
[...] Portugal reconheceu a Estónia <u>de facto</u> em 1918 e <u>de jure</u> no dia 3 de fevereiro de 1921, tendo desde então reconhecido sempre essa soberania, o que foi reconfirmado a 27 de agosto de 1991 e levou ao restabelecimento das relações diplomáticas no dia 1 de outubro de 1991. [...] (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/declaracao-conjunta-por-ocasio-do-100-aniversario-do-estabelecimento-de-relacoes-diplomaticas-entre-portugal-e-a-estonia)
Fontes Consultadas
[...] When a government is recognized as being <i>de facto</i> or <i>de jure</i> the distinction refers to the requirements of international law. A <i>de jure</i> government is one which, in the opinion of the person using the phrase, ought to possess the powers of sovereignty, though at the time, it may be deprived of them. A <i>de facto</i> government is one which is really in possession of them, although the possession may be wrongful or precarious. [...] (https://core.ac.uk/download/pdf/148692027.pdf) Como se pode observar pela fonte consultada, os termos <i>de jure</i> e <i>de facto</i>, provenientes do latim, são igualmente utilizados na língua inglesa. O texto apresentado na linha anterior permitiu-me esclarecer os conceitos associados aos termos <i>de jure</i> e <i>de facto</i>, especificamente no campo das relações diplomáticas, e concluir, por conseguinte, que a sua utilização em latim deve permanecer na tradução.
Tradução
[...] Portugal recognised Estonia <u>de facto</u> in 1918 and <u>de jure</u> on the 3rd of February 1921, having, since then, always acknowledge that sovereignty, which was reconfirmed on the 27th of August 1991 and led to the diplomatic relations' reestablishment on the 1st of October 1991. [...]

Tabela 20 - Excerto retirado do comunicado de imprensa "Declaração conjunta por ocasião do 100º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Estónia" publicado a 03/02/2021

Texto de Partida	
Hoje, 27 de janeiro, assinala-se o <u>Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto</u>. Mensagem do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva. [...] (https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto-mensagem-do-ministro-augusto-santos-silva)	
Fontes Consultadas	
O Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto é celebrado anualmente no dia 27 de janeiro, no aniversário da libertação do Campo de Concentração e Extermínio Nazi de Auschwitz-Birkenau pelas tropas soviéticas em 27 de janeiro de 1945. Este dia foi proclamado como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto através da Resolução 60/7 [en] adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1 de novembro de 2005. (https://eurocid.mne.gov.pt/eventos/dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto-2020)	[...] Reaffirming that the Holocaust, which resulted in the murder of one third of the Jewish people, along with countless members of other minorities, will forever be a warning to all people of the dangers of hatred, bigotry, racism and prejudice, 1. Resolves that the United Nations will designate 27 January as an annual International Day of Commemoration in memory of the victims of the Holocaust; [...] (https://undocs.org/en/A/RES/60/7)
O Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto é uma data assinalada por diversas organizações internacionais, bem como por vários governos, como é o caso do governo português. Foram encontradas várias fontes relacionadas com este assunto, sendo que grande parte das mesmas se referia a esta data como <i>International Holocaust Remembrance Day</i>. No entanto, a pesquisa pelo título da data em português permitiu-me aceder ao site indicado na coluna da esquerda, através do qual concluí que esta data teve origem na Resolução 60/7 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao consultar essa Resolução, a que pertence o excerto da coluna da direita, verifiquei que a data é referida como <i>International Day of Commemoration in memory of the victims of the Holocaust</i>, denominação que utilizei na tradução. Apesar de o título <i>International Holocaust Remembrance Day</i> surgir frequentemente em sites da União Europeia, da OTAN e até da ONU, optei pela designação que consta na Resolução. Contudo, e atendendo ao facto de ter ganho tração mediática, a utilização de <i>International Holocaust Remembrance Day</i> não estaria incorreta, nem afetaria a identificação da data em causa, por parte dos leitores.	
Tradução	
Today, the 27th January, is the <u>International Day of Commemoration in Memory of the Victims of the Holocaust</u>. Message by the Minister of State for Foreign Affairs, Augusto Santos Silva. [...]	

Tabela 21 - Excerto retirado da notícia "Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto - Mensagem do Ministro Augusto Santos Silva" publicada a 27/01/2021

Texto de Partida

No âmbito do protocolo de cooperação celebrado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Imprensa Nacional – Casa da Moeda (INCM) para a divulgação de textos relevantes acerca da Diáspora Portuguesa, a Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Berta Nunes, o diretor editorial e de cultura da INCM, Duarte Azinheira, e o presidente do conselho editorial, Luís Castro Mendes, apresentam, no dia 7 de janeiro, às 16h, as obras escolhidas para a coleção Comunidades Portuguesas, que será lançada a partir de 2021 no âmbito desta cooperação.

(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/ministerio-dos-negocios-estrangeiros-e-a-imprensa-nacional-casa-da-moeda-apresentam-a-colecao-comunidades-portuguesas>)

Fontes Consultadas

The Portuguese Mint and Official Printing Office (INCM) is an exclusively public limited company resulting from the merger in 1972 of the National Printing Office (Imprensa Nacional) with the Portuguese Mint (Casa da Moeda). The long history of the companies that gave rise to INCM is the heir of the oldest industrial establishments in the country. The Portuguese Mint is perhaps the earliest factory in the Portuguese State, with a continuous operation since at least the end of the 13th century.

(https://www.incm.pt/portal/incm_apresentacao.jsp?lang=en)

Foram várias as traduções em que me deparei com referências a órgãos portugueses. Nesses casos, consultava sempre os *websites* oficiais desses órgãos, no sentido de verificar se os mesmos apresentavam uma tradução inglesa para as suas designações. A maior parte dos casos apresentava. Outros, ainda que disponibilizassem uma versão inglesa dos seus *websites*, mantinham as suas designações em português, sendo que, nesses casos, também eu as mantinha assim na tradução. Para traduzir o termo em destaque neste exemplo, visitei o *website* da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, instituição cujo *website* está disponível na língua inglesa e possui uma tradução da sua designação. Ao mencionar organizações portuguesas, mantinha sempre a sua sigla portuguesa, por motivos de identificação, exceto nos casos em a própria organização apresentasse uma sigla correspondente à tradução da sua designação.

Tradução

Within the scope of the cooperation protocol established between the Ministry of Foreign Affairs and the Portuguese Mint and Official Printing Office (INCM), towards the disclosure of relevant texts concerning the Portuguese Diaspora, the Secretary of State for Portuguese Communities, Berta Nunes, INCM's Editorial and Culture Director, Duarte Azinheira, and the President of the Editorial Board, Luís Castro Mendes, present, on the 7th January, at 16:00, the works chosen towards the Portuguese Communities collection, which will be launched as of 2021, under this cooperation.

Tabela 22 - Excerto da notícia "Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Imprensa Nacional - Casa da Moeda apresentam a coleção Comunidades Portuguesas" publicada a 06/01/2021

Conclusão

Este estágio curricular proporcionou-me a oportunidade de ter um primeiro contacto com o campo profissional da tradução, permitindo-me lidar diretamente com os procedimentos que nele ocorrem, bem como desenvolver as minhas competências tradutórias. Através desta experiência, adquiri um profundo conhecimento dos moldes em que decorre a tradução institucional, ficando simultaneamente a conhecer como uma das instituições portuguesas desempenha essa prática, numa área que considero particularmente interessante, a da política externa portuguesa. O facto de o estágio ter decorrido maioritariamente em regime de trabalho remoto afetou um pouco a minha integração no Instituto Diplomático no MNE, levando-me a adotar uma postura mais autónoma perante a execução de tarefas e também a procurar estratégias que me permitissem assimilar e cumprir as orientações que me eram fornecidas, utilizando as mesmas na prática.

A tradução é um serviço linguístico essencial para a execução da política externa, assegurando valores como a igualdade e a tolerância, os quais vieram a ganhar cada vez mais importância no domínio diplomático. Atualmente, existem grandes organizações internacionais, como a UE e a ONU, cuja atividade tradutória é desempenhada em larga escala, enquanto que outras instituições, com um menor nível de atuação no âmbito da política externa, possuem uma menor atividade tradutória. São exemplos deste último caso o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, que disponibiliza as informações da sua plataforma oficial em seis línguas diferentes para além da alemã, e a instituição onde decorreu o meu estágio curricular, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, que, por seu turno, divulga publicamente os seus conteúdos em português e inglês.

A tradução dos conteúdos do Portal Diplomático, que esteve no âmago do meu estágio curricular, insere-se no conceito de *tradução institucional*, como concluí no quarto capítulo. Tendo em conta que este tipo de tradução funciona como veículo de comunicação entre as instituições e os seus públicos-alvo, é natural que as instituições verifiquem se o produto resultante do processo tradutório cumpre determinados requisitos antes da sua publicação. Geralmente, as instituições procuram também aplicar medidas de *quality assurance* durante a prática tradutória, para que os resultados pretendidos relativamente à tradução sejam mais facilmente atingidos. Contudo, o grau de intervenção

dos órgãos institucionais relativamente à tradução depende da dimensão da sua atividade nesse campo.

Ao observarmos as características que são tipicamente associadas à tradução institucional, o caso do IDI do MNE apresenta algumas diferenças. Relativamente ao processo tradutório, para além da fase de revisão, existia a fase de controlo de qualidade, cuja finalidade era verificar se as traduções possuíam os requisitos necessários para serem publicadas. Para além disso, os métodos de *quality assurance* aplicados no processo tradutório, por indicação do IDI, foram apenas três: a *CAT tool*, o glossário do MNE e a ferramenta de verificação gramatical. Por norma, as instituições que possuem diversos e rigorosos métodos de *quality assurance* aplicam apenas a fase de revisão, pelo facto de os métodos anteriores fornecerem uma forte garantia da qualidade das traduções. Do meu ponto de vista, o facto de o IDI incluir a fase de controlo de qualidade na atividade tradutória serve para colmatar o limite de recursos de *quality assurance* utilizados no processo de produção das traduções, dos quais esta instituição iria beneficiar bastante, uma vez que os temas e as propriedades linguísticas e textuais dos textos publicados no Portal Diplomático são recorrentes.

Para lidar com as tarefas decorrentes deste estágio curricular, e de acordo com as necessidades que foram surgindo ao longo do período de estágio, desenvolvi autonomamente outras metodologias de *quality assurance*: a base de ficheiros e os métodos de pesquisa. Como referi no ponto 3.4, a base de ficheiros é uma estratégia atualmente utilizada por grandes organizações internacionais, como a UE, e a capacidade de pesquisa é uma competência particularmente importante para os tradutores institucionais que desempenham funções no domínio diplomático. A elaboração da primeira metodologia foi uma vantagem, pois os textos traduzidos tratavam frequentemente assuntos semelhantes e, através da análise dos ficheiros criados, consegui manter o mesmo registo linguístico e textual entre as traduções e entender os aspetos que devia melhorar na minha prática tradutória. Os métodos de pesquisa que desenvolvi, por sua vez, foram essenciais num contexto onde surgiram os mais diversos tópicos dentro da área da política externa, sendo necessário procurar informação de modo estratégico e cuidadoso. O empenho em corresponder aos requisitos do IDI relativamente à prática tradutória, dos quais faziam parte a coerência terminológica, a uniformidade linguística e estilística entre traduções, a exatidão da informação e a clareza e fluidez textuais,

interferiu no processo de tradução, levando-me a adotar metodologias que se adequassem a essas condicionantes. Se, por um lado, tais restrições tiveram um efeito limitador na minha prática tradutória, por outro permitiram o cumprimento dos critérios de qualidade do Instituto Diplomático.

Independentemente do grau de controlo que as instituições exercem sobre o processo tradutório, a tradução institucional está sempre sujeita a certos condicionalismos que têm um impacto limitador na intervenção do tradutor. Entre os motivos que levam a essa condição, destacam-se os factos de os conteúdos processados num contexto institucional serem habitualmente padronizados e de as instituições determinarem a abordagem a adotar relativamente à prática da tradução.

É urgente investigar mais aprofundadamente o papel que o tradutor desempenha na tradução institucional, bem como o comportamento que o mesmo acaba por adotar perante as restrições que lhe são impostas. O facto de o processo tradutório incluir rigorosas fases de *quality assurance* condiciona naturalmente a função do tradutor, mas leva a que os resultados pretendidos pelas instituições sejam mais facilmente alcançados. Por outro lado, apesar de conferir mais autonomia ao tradutor, um processo de tradução que não é alvo de um controlo escrupuloso poderá originar falhas na obtenção dos objetivos em vista. A pesquisa sugerida anteriormente levar-nos-á por certo a um maior conhecimento das especificidades, desafios e condições de trabalho deste ramo da tradução e contribuirá para o desejável destaque do papel do tradutor no âmbito da tradução institucional, o qual, até agora, carece da devida valorização.

Referências bibliográficas

- Baranyai, Tamas. “The Role of Translation and Interpretation in the Diplomatic Communication.” *SKASE Journal of Translation and Interpretation*, vol. 5, no. 2, 2011, pp. 2–12, www.skase.sk/Volumes/JTI06/pdf_doc/01.pdf.
- Becerra, Olalla, and Ángela Aís. “Quality, Interpreting.” *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, edited by Mona Baker and Gabriela Saldanha, 3rd ed., Routledge, 2020, pp. 454–58.
- Berridge, G. “Diplomacy: Theory and Practice - Introduction.” *Diplomacy: Theory and Practice*, 5th ed., Palgrave Macmillan, 2015, pp. 1–4.
- Biel, Łucja. “Quality in Institutional EU Translation: Parameters, Policies and Practices.” *Quality Aspects in Institutional Translation*, edited by Tomas Svoboda et al., Language Science Press, 2017, pp. 31–57.
- Drocourt, Nicolas. “Byzantine Diplomacy.” *The Encyclopedia of Diplomacy*, 2018, pp. 1–16., doi:10.1002/9781118885154.dipl0039.
- Drugan, Joanna. “Translation Quality: Importance and Definitions.” *Quality in Professional Translation: Assessment and Improvement*, Bloomsbury, 2013, pp. 35–80.
- . “Translation Quality, Quality Management and Agency: Principles and Practice in the European Union Institutions.” *Translation Quality Assessment*, edited by Joss Moorkens et al., Springer, 2018, pp. 39–59.
- European Commission. *Translation at the European Commission*. Office for Official Publications of the European Communities, 2010.

- Flotow, Luise von. "Translation and Cultural Diplomacy." *The Routledge Handbook of Translation and Politics*, by Fruela Fernandez and Jonathan Evans, Routledge, Taylor & Francis Group, 2018, pp. 193–203.
- Honig, Hans G. "Positions, Power and Practice: Functionalist Approaches and Translation Quality Assessment." *Current Issues in Language and Society*, vol. 4, no. 1, 1997, pp. 6–34. *Crossref*, doi:10.1080/13520529709615477.
- ISO (International Organization for Standardization). *Translation Services — Requirements for Translation Services - ISO 17100:2015*, Geneve, 2015.
- Koskinen, Kaisa. "Institutional Translation." *Handbook of Translation Studies*, edited by Yves Gambier and Luc Doorslaer, vol. 2, John Benjamins Publishing Company, 2011, pp. 54–60.
- . "Institutional Translation: the Art of Government by Translation." *Perspectives*, 2014, vol. 22, no. 4, 2014, pp. 479–492., doi:10.1080/0907676x.2014.948887.
- . "Translating Institutions and Institutional Translation." *An Ethnographic Study of EU Translation*, Routledge, 2014, pp. 15–34.
- Lafeber, Anne. "The Skills Required to Achieve Quality in Institutional Translation: The Views of EU and UN Translators and Revisers." *Institutional Translation for International Governance: Enhancing Quality in Multilingual Legal Communication*, edited by Fernando Prieto Ramos, Bloomsbury, 2018, pp. 63–80.
- Mossop, Brian. "Appendix 5: Revising and Editing Vocabulary." *Revising and Editing for Translators (Translation Practices Explained)*, 4th ed., Routledge, 2020, pp. 245–84.
- . "The Work of a Reviser." *Revising and Editing for Translators (Translation Practices Explained)*, 4th ed., Routledge, 2020, pp. 115–68.

- . "Translating Institutions: A Missing Factor in Translation Theory." *TTR: Traduction, Terminologie, Rédaction*, vol. 1, no. 2, 2015, pp. 65–71, doi:10.7202/037019ar.
- Nick, Stanko. "Use of Language in Diplomacy." *Language and Diplomacy*, edited by Kurbalija Jovan and Hannah Slavik, DiploProjects, 2001, pp. 39–47.
- Roland, Ruth. *Interpreters as Diplomats: A Diplomatic History of the Role of Interpreters in World Politics (Perspectives on Translation)*. University of Ottawa Press, 1999.
- Sager, Juan. "Compilation of Terminology." *A Practical Course in Terminology Processing*, John Benjamins Publishing Company, 1990, pp. 130–62.
- Schäffner, Christina, et al. "Translation Practices in Political Institutions: a Comparison of National, Supranational, and Non-Governmental Organisations." *Perspectives*, vol. 22, no. 4, 2014, pp. 493–510., doi:10.1080/0907676x.2014.948890.
- Scott, John, ed. "Institution." *Sociology: The Key Concepts*, Routledge, 2006, pp. 90–93.
- Seracini, Francesca L. "Multilingualism at the European Union." *The Translation of European Union Legislation: a Corpus-Based Study of Norms and Modality*, Edizioni Universitarie Di Lettere Economia Diritto, 2020, pp. 13–23.
- Snow, Nancy. "Public Diplomacy." *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*, 2020, pp. 1–30. *Crossref*, doi:10.1093/acrefore/9780190846626.013.518.
- Svoboda, Tomáš, et al. "Quality Aspects in Institutional Translation: Introduction." *Quality Aspects in Institutional Translation*, Amsterdam University Press, 2017, pp. 1–13.
- Vandepitte, Sonia. "Translation Product Quality: A Conceptual Analysis." *Quality Aspects in Institutional Translation*, edited by Tomas Svoboda et al., Language Science Press, 2017, pp. 2-13.